



**OF PM N. 187/2024**

Álvares Machado, em 27 de agosto de 2024.

**Senhora Presidente**

Cumprimentando-a, venho nesta oportunidade, encaminhar os Projeto de Lei nº 11/2024, para tramitação nesta CASA, em regime de urgência, na forma do art. 93, parágrafo único da LOM.

Sendo o assunto do momento, apresento na oportunidade protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ROGER  
FERNANDES  
GASQUES:35013  
964814

Assinado de forma digital  
por ROGER FERNANDES  
GASQUES:35013964814  
Dados: 2024.08.27  
10:10:19 -03'00'

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
**PREFEITO**

Exma. Sr<sup>a</sup>. Vereadora  
**MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN**  
Presidente da  
Câmara Municipal de Álvares Machado





## Projeto de Lei nº 11/2024

*Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado.*

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância, nos termos do Anexo Único desta lei, elaborado em consonância com os princípios, as diretrizes e os objetivos das Leis Federais nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e nº 13.257, de 08 de março de 2016, bem como do Plano Nacional pela Primeira Infância, nos termos do Anexo Único, que faz parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. O Plano Municipal pela Primeira Infância estabelece as bases que nortearão as ações necessárias para proporcionar uma primeira infância plena, estimulante, saudável e protegida para as crianças no Município, principalmente para as mais vulneráveis, por meio da definição de eixos estratégicos e metas.

**Art. 2º** O Plano Municipal pela Primeira Infância terá vigência até 2034 e seguirá as seguintes metas estratégicas:

I - garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância;

II - garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral;

III - garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância;

IV - garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição de gestantes e de crianças na primeira infância.

**Art. 3º** As ações constantes do Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado ficam incorporadas ao Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, às metas e aos programas do PPA.

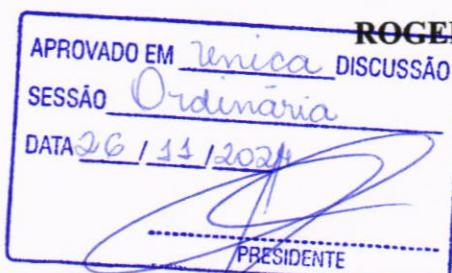
**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Álvares Machado, 22 de agosto de 2024.

ROGER  
FERNANDES  
GASQUES:3501396  
4814

Assinado de forma digital  
por ROGER FERNANDES  
GASQUES:35013964814  
Dados: 2024.08.27  
09:59:47 -03'00'

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
Prefeito Municipal





**Projeto de Lei nº 11/2024**  
**Anexo Único**

**SUMÁRIO**

1. Apresentação
2. Introdução
3. Princípios E Diretrizes
4. O Município De Álvares Machado E A Primeira Infância – Indicadores
5. Deliberação Do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente
6. Eixos Temáticos
  - 6.1. Intersetorialidade
  - 6.2. Educação
  - 6.3. Assistência Social
  - 6.4. Saúde
  - 6.5. Criança, o brincar e o espaço urbano
7. Governança



## 1. APRESENTAÇÃO

Álvares Machado dá mais um passo para o futuro, cuidando do presente agora. Estamos apresentando o Plano Municipal da Primeira Infância que retrata esta situação.

Sabe-se que toda criança nasce em condições iguais, porém, é a primeira infância, que compreende de 0 a 6 anos de idade, que as diferenciam para o resto da vida, pois enquanto umas recebem cuidados e atenção, outras são ignoradas. Álvares Machado preza pela igualdade e equidade no tratamento a ser dispensado para todas as crianças do município. Esta questão envolve a efetivação de políticas públicas nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, cultura, urbanismo, enfim, em todos os setores que direta ou indiretamente estão ligados a primeira infância.

Este plano reúne as prioridades das ações dirigidas as crianças de 0 a 6 anos. Resulta de um processo amplo e democrático exercido no município durante meses que contou com a efetiva participação da sociedade, como também dos Conselhos, em especial o da Criança e do Adolescente.

Ademais, busca traduzir o que está estipulado no artigo 227 da Constituição Federal quanto a questão da prioridade absoluta no atendimento aos direitos fundamentais das crianças. Também dá cumprimento ao Marco Legal da Primeira Infância – Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016 que estabelece a possibilidade do Município elaborar seu plano.

Conforme consta do Plano Nacional da Primeira Infância: “A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdo próprios. Não olhamos para as crianças na perspectiva do adulto que gostaríamos que elas fossem; olhamos para elas por serem crianças, sujeitos, cidadãs, com o direito de viver a infância o mais plenamente possível”. Sim, por serem cidadãs é que merecem toda a atenção da municipalidade e, com destaque por serem pessoas em desenvolvimento.

Com este plano almeja-se a construção de uma base sólida para o desenvolvimento de Álvares Machado. Trata-se de um plano de Estado e não de governo, de modo que futura administração não deixe de olhar para a primeira infância. Por óbvio, espera-se a cobrança do que foi pactuado, sob pena de ser apenas mais um plano. Assim, se traduz num documento político, mas também técnico que orienta a tomada de decisões.

Da atual administração pode-se esperar o máximo empenho na efetividade do plano, uma vez que realizado com bases realista e metas factíveis. Álvares Machado tem um compromisso em relação a primeira infância, pois, como já afirmado, o município que pensa no futuro tem que agir agora. Isto não quer dizer que deixaremos de atender as outras demandas da população, mas



que é preciso entender o caráter de urgência que é tratar da criança, posto que resultará em maiores benefícios para toda população no futuro, com menos demandas sociais e de saúde.

É certo, porém, que muitos serão os desafios, pois há necessidade de uma ação integrada das políticas públicas, bem como dos setores público e privado, visando o atendimento efetivo da criança na primeira infância, uma vez que há uma intersectorialidade que deve ser contemplada para o cuidado integral da criança.

Finalizando, destaco novamente o Plano Nacional da Primeira Infância que fez consignar: “Tornou-se lugar comum afirmar que as crianças são o futuro da nação. Defende-se a mesma ideia de forma inversa: o país que não cuida de suas crianças não terá um futuro melhor do que o presente.” Realmente, as crianças não são o futuro de Álvares Machado, na verdade, se não cuidarmos bem delas agora, a cidade não terá futuro melhor.

## 2. INTRODUÇÃO

Quando se pensa na primeira infância logicamente está se buscando um mundo melhor e mais igualitário para todos. E algumas frases resumem este pensamento. A primeira: “Se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda” (Raffi Cavoukian, fundador do Centre for Child Honouring). A outra: Todas as crianças nascem iguais. O que as diferencia é a primeira infância. Acrescenta-se mais uma que completa o que se pensa a respeito da primeira infância: É na primeira infância que se inicia a construção social da desigualdade.

Estas frases traduzem a importância que se deve dar à primeira infância, não só pela família, como também pelo Estado e sociedade, conforme determina o artigo 227 da Constituição Federal. E mais, com prioridade absoluta. Isto porque, vários fatores apontam que é nesta fase, em que a criança está em formação, que há de se ter cuidados especiais. Há várias justificativas para tal posicionamento.

Podem-se apresentar as seguintes justificativas<sup>1</sup>:

### A - OS DIREITOS DA CRIANÇA E SUA PRIORIDADE ABSOLUTA.

<sup>1</sup> Guia para elaboração do plano municipal pela Primeira Infância – Rede Nacional da Primeira Infância: ANDI Comunicações e Direitos – 4ª Ed. Brasília – pág. 13-17.



“Não importa se é de família rica ou pobre, se pode alcançar grande rendimento escolar ou tem graves limitações para isso, se demonstra ou não capacidade para ser, no futuro, um trabalhador produtivo: Toda criança tem direito, desde o nascimento, ao atendimento de todos os seus direitos como pessoa e cidadã”. Este fundamento está na Constituição Federal que reconhece a criança como um sujeito de direitos e que merece prioridade absoluta (art. 227). A elaboração de um plano que venha a atendê-la de forma específica se traduz na concretização do mandamento constitucional.

## **B - O CUIDADO INTEGRAL DA CRIANÇA COMO RESPOSTA À DEMANDA SOCIAL**

“Proteger a criança e cuidar dela para que tenha vida plena e desenvolva seu potencial humano é dever da família, da sociedade e do Estado. É o dever do Estado atender a esta demanda social, porque ela expressa um direito da família respectivamente às suas crianças, consagrado na Constituição Federal”.

“A família tem a competência originária e mais íntima com o bebê, mas a sociedade, como organização da convivência, da sobrevivência e da evolução da espécie (ou do gênero humano), deve velar, zelar e assumir o dever de ser guardiã da infância, o que significa ser guardiã de cada criança individualmente. Acontece que a maioria das famílias não dá conta sozinha do cuidado e da educação dos seus filhos. Por causa da ausência de casa nas horas de trabalho, a família precisa de instituições que se ocupem desse cuidado e dessa educação durante o dia inteiro ou parte dele. Além disso, houve um aumento grande de conhecimento e de competências complexas para a vida que grande parte das famílias não teve oportunidade de adquirir, estando sem possibilidade de transmiti-los aos seus filhos. Esse é o papel das instituições criadas pelo Estado”.

## **C - O ARGUMENTO QUE VEM DA JUSTIÇA SOCIAL**

“Ricas e pobres, todas as crianças nascem com imenso potencial, mas algumas têm mais chances que outras para desenvolvê-lo. Uma forma eficaz para quebrar o círculo da pobreza é apoiar e fortalecer as competências das famílias em cuidar e educar seus filhos pequenos, garantindo-lhes um bom começo da vida. E é nosso dever evitar que o meio se torne fator de desigualdade no desenvolvimento das crianças. O cuidado integral da primeira infância é a estratégia mais eficaz para promover a igualdade, porque ele atua por meio de políticas de equidade”. Neste particular, o



Poder Público tem que cumprir o seu papel, até por que é isso que se extrai da legislação, quando no artigo 100, parágrafo único, III do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990) estabelece como princípio da política infanto-juvenil: III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;

#### **D - O ARGUMENTO DA ECONOMIA.**

Os recursos destinados aos programas de educação infantil não devem ser vistos como gastos, mas como investimento. A taxa de retorno é elevada.

Segundo os cálculos de James Heckman, professor da University of Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000, que desenvolveu o Perry Preschool Project na década de 60 em Michigan, EUA, “o que foi aplicado na educação das crianças evitou gastos entre sete e dez vezes maiores em programas de reeducação, correção e assistência social mais tarde de adolescentes e adultos do mesmo nível socioeconômico que não tiveram a oportunidade de frequentar aquele programa”.

Em seu estudo, “um grupo de crianças de zero a cinco anos em situação de baixa renda recebeu educação de qualidade sendo comparado por décadas a outro grupo que não recebeu os mesmos benefícios. Os impactos se fizeram notar na infância, durante a adolescência e na vida adulta e se refletiram nos mais diversos aspectos da vida dos participantes: saúde, renda, empregabilidade, conclusão do ensino médio, redução das taxas da gravidez precoce e envolvimento em crimes. Heckman concluiu que houve retorno sobre o investimento de sete a 10% ao ano, com base no aumento da escolaridade e do desempenho profissional, além da redução dos custos com reforço escolar, saúde e gastos do sistema penal. As pesquisas reiteram que todas as crianças nascem iguais e podemos desenvolver igualmente as suas potencialidades na primeira infância. Comprovou, assim, que as desigualdades sociais já se fazem presentes nos primeiros anos de vida, aprofundadas ao longo dos períodos posteriores. Quando um gestor público deseja quebrar o círculo de pobreza e violência, melhorar os indicadores de saúde e a longo prazo transformar a empregabilidade, investir na primeira infância é a decisão mais acertada.



## **E - O ARGUMENTO DAS CIÊNCIAS**

“Neurociência: Os cientistas usam a expressão “janelas de oportunidades” para explicar que os primeiros anos de vida são os melhores para desenvolver estruturas de pensamento, de emoções, de interações, e que isso deve ser aproveitado, porque mais tarde essas janelas podem se fechar ou as oportunidades podem não ser tão eficientes”.

Nesse período, “a velocidade com que as conexões neurais acontecem no cérebro humano é recorde. É quando se dá a formação da arquitetura cerebral, que acompanhará o indivíduo pelo restante de sua vida. O cérebro é moldado a partir das experiências e do ambiente onde as crianças crescem, por isso o afeto, a nutrição, as brincadeiras, o cuidado, a interação com os adultos e os estímulos precisos na primeira infância contribuem para que o cérebro desenvolva o seu potencial máximo”.

Estas janelas de oportunidades devem ser exploradas ao máximo e cumpre ao poder público, através de políticas específicas contribuir para o seu desenvolvimento.

## **F - ARGUMENTO QUE VEM DA EDUCAÇÃO.**

“A criança começa a aprender no dia em que nasce. As primeiras experiências geram as aprendizagens mais importantes, porque formam a base sobre a qual todas as demais se tornam possíveis”. Uma educação infantil de qualidade é fundamental para o pleno desenvolvimento da criança, pois o cuidar e o brincar constituem-se no pilar desta fase. Outra questão que se apresenta pertinente é a oferta da educação infantil para todas as crianças. Sabe-se que a creche não é obrigatória. Porém, deve-se buscar atender o maior número de crianças do município, inclusive com a realização de busca ativa, diante da relevância deste período do ensino.

Estes argumentos justificam o posicionamento assumido pelo Município quanto a elaboração do seu plano municipal da Primeira Infância. Busca-se melhorar os indicadores nas áreas específicas da primeira infância, com vista a um futuro melhor do cidadão. Por óbvio, implicará num posicionamento não somente da esfera administrativa, como também econômica (orçamentária). Na verdade, é colocar em prática o princípio da prioridade absoluta, com políticas públicas inclusivas, contando com a participação das gestantes, mães e das crianças como protagonistas, desenvolvendo senso de cidadania e democracia.



Esses argumentos justificam a importância da elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância. Para o Poder Público, há inúmeros benefícios em se buscar esta direção, pois aprimorar as políticas públicas para a primeira infância proporcionará um retorno certo para toda a comunidade. Como afirmado, o PMPI é um documento técnico e político que orienta as ações no atendimento as necessidades das crianças na primeira infância, com estratégias de prevenção e ação para o atendimento de seus direitos fundamentais.

### **A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA:**

Por se tratar de um instrumento técnico e político, com vistas ao atendimento de toda população na primeira infância, por um período de 10 anos, a sua construção foi mais participativa possível, com a constituição de uma comissão específica para o direcionamento dos trabalhos.

Assim, através do Decreto n. 3.094 de 23 de agosto de 2023 constitui-se a comissão municipal encarregada para elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância. Em seguida, através da Portaria n. 06 de 19 de outubro de 2023 foram nomeados os integrantes da Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal. Foi constituída por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Setoriais da saúde, educação e assistência social, os órgãos municipais gestores das políticas sociais de saúde, cultura e educação, assistência social, das associações comunitárias e representantes das famílias.

Foram realizadas diversas reuniões entre a comissão, bem como dos seus integrantes com a população interessada, em especial, as crianças. Aliás, cumpriu-se o estabelecido na Lei n. 13.257, de 08/03/16 – marco legal da primeira infância que assim determina:

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

**II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em (...);**

**Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.**



A construção do plano resultou de um processo coletivo, com a busca de indicadores e propostas de metas e estratégias para a população da primeira infância.

Com a finalização das propostas, sistematizadas em um plano, ocorreu a apresentação ao CMDCA para avaliação e aprovação. Através da Deliberação n. 002/2024, de 04 de junho de 2024, ocorreu a aprovação do plano que em seguida foi levado ao chefe do Executivo.

Este plano constitui-se num importante documento que direcionará as ações de garantia dos direitos constitucionais das crianças na primeira infância. Trata-se de uma oportunidade impar de ver concretizadas as ações que foram articuladas pela sociedade e poder público.

Por óbvio deve ocorrer o necessário monitoramento afim de constatar a efetiva implantação do plano, dependendo muito da ação das secretarias municipais envolvidas, bem como do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Registro de algumas reuniões para a realização e construção do Plano Municipal da Primeira Infância de Álvares Machado.





### 3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

No subsistema legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016) apresentam princípios e diretrizes que devem ser observados em relação as crianças na primeira infância. O princípio da proteção integral e da pessoa como sujeito de direitos são fundamentais para a elaboração e interpretação de qualquer plano que se refira a criança.

O Plano Nacional da Primeira Infância de forma mais específica, procurou detalhar estes princípios, as diretrizes políticas e técnicas para a elaboração dos demais planos (estaduais e municipais), apontando:

#### **PRINCÍPIOS:**

1. A criança como indivíduo único e sujeito de direitos;
2. Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica;
3. Reconhecimento da criança como um ser integral;
4. Inclusão de todas as crianças em todas as circunstâncias;



4. Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança;
6. Articulação das ações;
7. Sinergia das ações;
8. Prioridade absoluta dos direitos da primeira infância;
9. Garantia da prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis;
10. Garantia de atenção da família, da sociedade e do Estado.

#### **DIRETRIZES POLÍTICAS:**

- a) Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento, para atender o que os direitos da primeira infância requerem;
- b) Articulação e complementação dos Planos Nacional e Estadual;
- c) Manutenção de uma perspectiva de ações ao longo de dez anos;
- d) Elaboração dos planos em conjunto com a sociedade e com as crianças da primeira infância;
- e) Participação do Poder Legislativo no processo de elaboração do Plano;
- f) Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior vulnerabilidade e risco social;
- g) Participação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **DIRETRIZES TÉCNICAS:**

- a) Integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da primeira infância no contexto familiar, comunitário e institucional;
- b) Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas integradamente;
- c) Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança na primeira infância;
- d) Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com a primeira infância ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida de gestantes, crianças de até seis anos e seus cuidadores;



e) Reconhecimento de que a forma como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira como é tratada pelos adultos;

f) Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante;

g) Foco nos resultados;

h) Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação.

Estes princípios foram obedecidos na elaboração do presente Plano Municipal, buscando uma sintonia com o Plano Nacional a fim de se estabelecer diretrizes comuns para o pleno desenvolvimento da criança na primeira infância.

#### **4. O MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO E A PRIMEIRA INFÂNCIA - INDICADORES -**

Para elaboração de um plano, torna-se necessário partir de alguns indicadores. Trata-se de uma referência importante para dimensionar os trabalhos a serem realizados.

Vários são os indicadores que podem ser utilizados. Optou-se por indicadores mais específicos e que se referem especificamente à Primeira Infância.

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal que tem sua atuação voltada para a primeira infância disponibiliza um site:

primeira infância primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>) onde apresenta indicadores relevantes para bem conhecer a realidade do município. A primeira informação importante é o número de crianças na primeira infância. São 2.441 crianças, em 2022 que merecem a devida atenção deste plano.



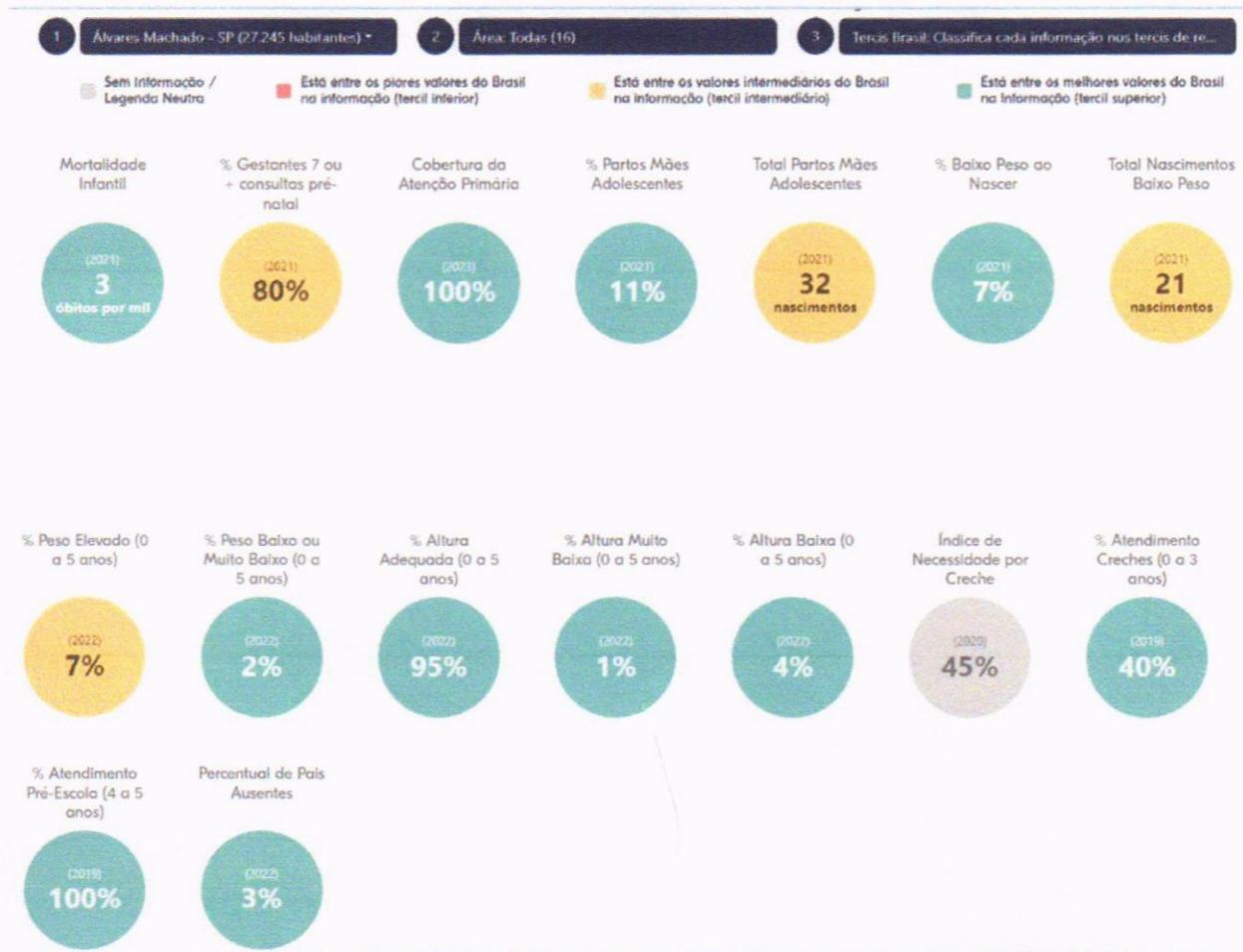
## demografia



?  
33338  
→

Abaixo, são apresentados alguns indicadores relacionados a saúde, educação, com determinadas especificidades.

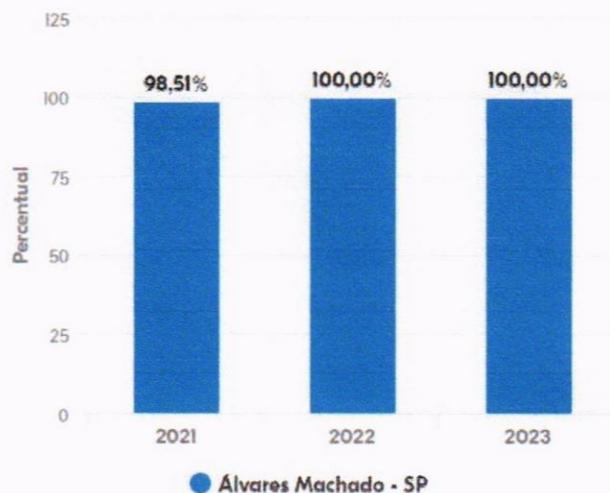
Constata-se que alguns dados são recentes e outros nem tanto, mas é possível ter um retrato do município em relação a primeira infância.





De forma mais específica, apresenta alguns dados que merecem a atenção.

### Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 - 2023)



Ministério da Saúde - e-Gestor: Informação e Gestão da Atenção Básica |  
Organizado por Datapedia.info

### Total de partos de Mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 - 2021)

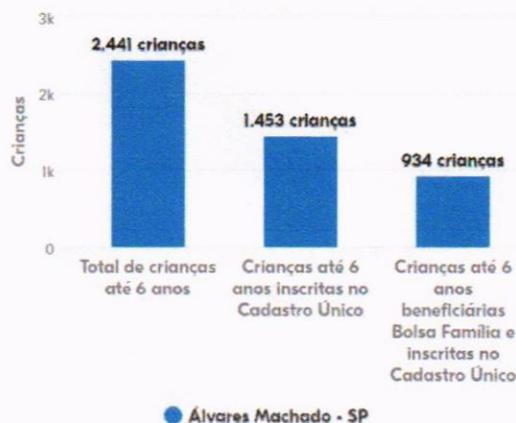


Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info  
**Nota Técnica:** Dados referentes ao Nascimento por local de residência da mãe - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC



Ao tratar da PARENTALIDADE, os dados são importantes, pois refletem a questão do nome do genitor na certidão de nascimento.

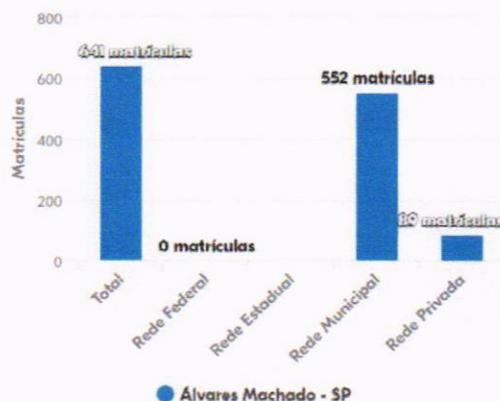
Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família (2023)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico; SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social | Organizado por Datapedia.info

Na educação infantil os dados constantes no site são atualizados até 2022, de modo que não representa a realidade, até porque, segundo as informações da Secretaria Municipal de Educação o total de crianças nas creches é de 600 e na pré-escola é de 539.

Matrículas em Pré-Escolas - Tipo de dependência administrativa (2022)



Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info  
Nota Técnica: Fonte: INEP - Censo escolar de 2022



## **5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

### **DELIBERAÇÃO N. 002/2024 - CMDCA**

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal da Primeira Infância de Álvares Machado e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Álvares Machado, no uso de suas atribuições legais, com especial atenção ao que confere a Lei Municipal n. 2.867/19 e:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabeleceu no artigo 227, que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentou o citado dispositivo constitucional e no artigo 88 instituiu os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO ainda, dentro do subsistema normativo de proteção à criança e ao adolescente que o Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, estabelece no artigo 3º que a garantia da prioridade absoluta implica no dever do Poder Público de estabelecer planos para a primeira infância que atendam as especificidades dessa faixa etária, visando garantir seu desenvolvimento integral.

CONSIDERANDO que o Plano Nacional da Primeira Infância, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, recomenda a articulação e



elaboração dos planos municipais da primeira infância, nos quais as “questões nacionais abordadas sejam particularizadas e apropriadas por cada um dos entes federados, segundo suas competências e as características regionais e locais”.

CONSIDERANDO a atribuição conferida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Álvares Machado de deliberar sobre as políticas públicas voltadas para a infância e juventude, em conformidade com o disposto no artigo 86 e 88, I e II da Lei nº 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO por fim, a produção do Grupo de Trabalho constituído para a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância.

**DELIBERA:**

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal da Primeira Infância de Álvares Machado, conforme documento em anexo, com vigência até 2034.

Art. 2º - O CMDCA, em articulação com os órgãos governamentais do executivo, legislativo e judiciário, bem como a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas, a cada dois anos, da implementação do Plano Municipal da Primeira Infância de Álvares Machado.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Álvares Machado, 04 de junho de 2024.

---

VANESSA BELLÃO PEREIRA ANTÔNIO  
Presidente do CMDCA



## 6. EIXOS TEMÁTICOS

### 6.1 - Intersetorialidade

### 6.2 - Educação

### 6.3 - Assistência Social

### 6.4 - Saúde

### 6.5 - Criança, o brincar e o espaço urbano

#### 6.1 – INTERSETORIALIDADE

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 88, estabeleceu nas suas diretrizes operacionais a necessidade de se buscar a municipalização das ações e a sua intersetorialidade, posto que a complexidade que envolve a questão da infância não pode ficar restrita ou se limitar apenas a uma ação isolada, pois são múltiplos os aspectos a serem considerados nas políticas públicas.

Assim, os diversos setores que trabalham com as crianças na primeira infância devem atuar de forma articulada para proporcionar um atendimento integral e integrado. E a intersetorialidade, presente neste plano, é a estratégia mais adequada para o atendimento das demandas, pois desenvolve um diálogo das políticas públicas com uma cooperação necessária para atingir o objetivo principal que é o atendimento integral da criança na primeira infância.

Na verdade, “políticas sociais verticalizadas, que não dialogam entre si, que não se articulam, que não partem de uma visão holística da criança, não só agem como peças estanques, sem portas de passagem de uma para outra, como também fragmentam a criança, para si mesmo e para a própria criança”. Por isso, é necessário que as especialidades e as ações setoriais convivam com a visão do todo e nele se articulem, tornando-a mais profunda.<sup>2</sup>

Não é por outra razão que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 2016, diz textualmente em relação à criança na primeira infância:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus **aspectos físico, psicológico, intelectual e social**, complementando a ação da família e da comunidade. (grifo nosso).

<sup>2</sup> A intersetorialidade nas políticas para a primeira infância. Rede Nacional Primeira Infância – Brasília: 2015, pág. 13.



Constata-se desta forma, que não apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional direciona as ações na primeira infância de forma intersetorial. Mas, de forma específica, o Marco Legal da Primeira Infância – Lei n. 13.257 de 08 de março de 2016, estabelece:

**Art. 6º A Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.**

Art. 8º O pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. **A União buscará a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à abordagem multi e intersetorial no atendimento dos direitos da criança na primeira infância** e oferecerá assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distrital e municipais para a primeira infância que articulem os diferentes setores.

Art. 10. Os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, **a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.**

Art. 14. As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, **buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.** (grifo nosso).

Em síntese, esta intersetorialidade prevista na legislação busca valorizar o conhecimento especializado de cada setor da política pública, porém, com uma atuação conjunta, num plano integrado de atenção à criança na primeira infância.

Com esta visão, as metas serão apresentadas de forma separada, mas com uma visão conjunta para a sua realização. E nesse contexto, a participação do Conselho Tutelar de Álvares Machado também ocorreu e foi muito colaborativa para a concretização do plano.

Cientes de que as experiências que uma criança tem no período da primeira infância terão impacto por toda a sua vida, com consequências para o resto da vida, para o bem ou para o mal, investir corretamente com programas e políticas públicas nesta etapa da vida é crucial para garantir um futuro saudável e feliz para as crianças e para a sociedade como um todo.

O Conselho Tutelar atende crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como as crianças infratoras, de modo específico. Logicamente, tem entre o seu público, as



crianças que integram a primeira infância, razão pela qual devem atuar de forma comprometida e integrada para o bem estar desta população.

Com base nesta visão, o Conselho Tutelar apresentou algumas metas para o trabalho articulado e comprometido com a primeira infância.

### **METAS DO CONSELHO TUTELAR PARA COM A PRIMEIRA INFÂNCIA:**

1. Capacitação dos Conselheiros Tutelares em programas, políticas públicas e parcerias com outras instituições para fortalecer a atenção à primeira infância no nosso município.

2. Elaboração de cronograma para realização de visitas domiciliares constantemente visando oferecer orientações às famílias sobre os cuidados necessários para promover um ambiente de desenvolvimento integral de seus filhos.

3. Criar um espaço de “brinquedoteca” na Sede do Conselho Tutelar com o intuito de proporcionar uma sensação de acolhimento e de boas-vindas para as crianças.

4. Encontros bimestrais com toda a Rede de Proteção do Município, para serem discutidos os casos de famílias que tenham filhos com idade na primeira infância, pois é uma estratégia importante capaz de lidar com a multiplicidade de temas que essa faixa etária demanda.

5. Realização de palestras nas escolas e creches do município com a equipe escolar juntamente com os pais, visando orientações de proteção para as crianças, com o objetivo de promover um ambiente escolar seguro e positivo prevenindo atitudes de maus tratos e negligência nos cuidados dos pais, possibilitando o pleno desenvolvimento da primeira infância.

## **6.2 – EDUCAÇÃO**

### **EDUCAÇÃO - DADOS QUANTITATIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

O diagnóstico da educação infantil no município apresenta dados significativos. Esses dados quantitativos das escolas municipais de pré-escola e creches do município de Álvares Machado - SP servem de norte para as propostas de ação do Plano Municipal da Primeira Infância.

As tabelas a seguir demonstram quantidade de turmas e de alunos por série em cada uma das nossas unidades escolares da Educação Infantil, sejam das creches ou de Infantil 1 e 2, com dados atualizados no mês de março de 2024.



Relatório quantidade de alunos 2024  
Creche

Unidade	Berçário I		Berçário II		Maternal I		Maternal II		Total de turmas	Total de alunos
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos		
EMEI Antônio Joaquim Alexandre	3	13	3	48	6	61	7	66	10	188
EMEI Maria Luiza Messias Ribeiro	3	10	3	23	5	41	5	25	8	109
EMEI José Molina	1	2	1	1	1	3	1	3	2	9
EMEI Vô Lau	3	16	3	35	3	39	4	46	7	136
Recanto do Amanhecer	3	11	3	34	5	51	5	62	8	158
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>52</b>	<b>13</b>	<b>141</b>	<b>20</b>	<b>195</b>	<b>22</b>	<b>212</b>	<b>35</b>	<b>600</b>

ATUALIZADO DIA 20/03/2024



Relatório quantidade de alunos 2024  
Infantil I e II

Unidade	MULTISSERIADA Infantil I e II			Infantil I		Infantil II		Total de turmas	Total de alunos
	Turmas	Alunos		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos		
EMEIF Governador Mário Covas	*	*	*	2	48	2	44	4	92
EMEIF Profª Aparecida Marques Vaccaro	1	14	8	3	71	3	59	7	152
EMEIF Profª Mercedes Sanchez Yamafuko	1	17	4	4	101	4	106	9	228
EMEIF Profª Tereza Ito Polidório	*	*	*	2	48	2	49	4	97
EMEIF Vereador Jose Molina	1	*	*	*	6	*	7	1	13
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>31</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>274</b>	<b>11</b>	<b>265</b>	<b>25</b>	<b>539</b>

ATUALIZADO DIA 20/03/2024

Como se constata dos resultados acima, enquanto EMEI/Creches, temos cinco unidades sendo um total de 600 crianças matriculadas em turmas de berçário e maternal. A EMEI Antônio Alexandre é a que totaliza um maior número de turmas e de alunos, pois é uma creche com estrutura compatível para essa realidade, podendo atender até 230 alunos. Além da estrutura física, esta EMEI está localizada no bairro Bela Vista, sendo uma região do município com cerca de 12 bairros ao seu redor, tendo em média 1.420 pessoas residindo no bairro e cerca de 6.250 pessoas na somatória dos 12 bairros, constituindo-se numa região muito populosa do município<sup>1</sup>.

A EMEI José Molina possui um número baixíssimo de alunos e isso se deve a localização da creche, que fica em um distrito da cidade, com um número maior de residências no meio rural, acabando por atender principalmente as famílias somente dessa região. Além disso, a estrutura escolar é menor, visto que é uma região com menor número de moradores, sendo cerca de 220 residências totalizadas em todo o distrito.

Nos dados das EMEIF's no mesmo período de março de 2024, encontra-se os resultados de turmas e alunos de Infantil 1 e 2, totalizando 539 matriculados na rede. Importante ressaltar que



desses 539, 228 são alunos da EMEIF Profª Mercedes Sanches Yamafuko, sendo a única escola somente de Infantil 1 e 2, localizada no bairro Parque dos Pinheiros, um bairro populoso e distante da área central da cidade. A totalidade dos três bairros: Parque dos Pinheiros, Parque dos Pinheiros 2 e Panorama somam cerca de 11 mil pessoas.

Neste cenário, importante ressaltar que o município não apresenta lista de espera para Infantil 1 e 2, sendo atendidas todas as crianças acima de 04 anos sem aguardar na fila. O que ocorre são listas de solicitação para ensino integral, porém a criança que aguarda o ensino integral, já está sendo atendida no ensino parcial, não ficando desassistida no seu direito a educação.

## **PROCESSO DE ESCUTA DOS PROFISSIONAIS, DOS ALUNOS E DOS RESPONSÁVEIS**

Para investir na primeira infância das crianças de Álvares Machado, se torna fundamental que elas sejam envolvidas no processo de levantamento de demandas, visto que serão as principais beneficiadas. Olhar para a primeira infância é garantir a proteção integral das crianças prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como colocar as famílias no eixo central, como o que é proposto enquanto políticas públicas nacionais.

Durante o levantamento das demandas, foram ouvidos os profissionais das escolas municipais a partir de reuniões com a comissão e supervisão de ensino. Também foram ouvidos os pais e responsáveis dos alunos, via espaços na escola, acesso a formulários e também na participação ativa na comissão do plano municipal. Paralelo a isso, foram proporcionados espaços lúdicos aos alunos, onde puderam expressar através de desenhos e cores, aquilo que desejam para sua cidade ser um local melhor.

Inserir a família e, principalmente as crianças, no processo da construção do plano, valoriza a participação desses indivíduos, dando voz e sentido a todo o investimento que está sendo proposto, compartilhando a responsabilidade de garantia dos direitos.

Nos espaços de escuta dos professores e diretores das escolas, foi possível levantar demandas sobre melhorias na infraestrutura das escolas, investimento em espaços coletivos mais lúdicos e coloridos.

Quanto à coleta de informações com os pais e responsáveis dos alunos da educação infantil municipal, foram colhidas diversas demandas, tanto específicas das unidades de ensino,



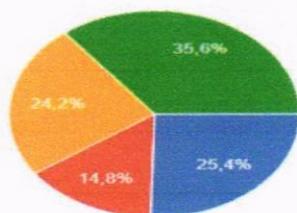
quanto do município de modo geral. A seguir, os resultados encontrados após propiciar espaços de escuta desses responsáveis.

### Respostas dos responsáveis dos alunos das EMEIS – crianças de 0 a 3 anos:

Qual creche que seu(sua) filho(a) pertence?

[Copiar](#)

236 respostas

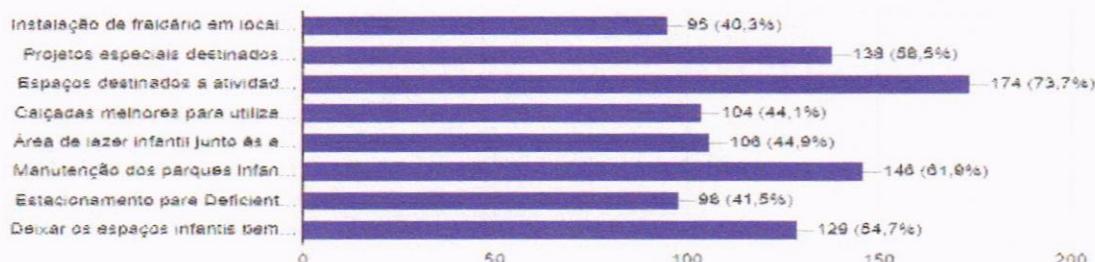


● EMEI ANTÔNIO JOAQUIM ALEXANDRE  
● EMEI MARIA LUIZA MESSIAS RIBEIRO  
● EMEI VÔ LAU  
● CEI RECANTO DO AMANHECER

Na sua opinião, o que você acredita ser importante para a criança de 0 a 3 anos de idade:

[Copiar](#)

236 respostas



- 73,7% - Espaços destinados a atividades recreativas parque infantil com área verde, adaptação e acessibilidade dos brinquedos;
- 61,9% - Manutenção dos parques infantis, com brinquedos acessíveis às crianças bem pequenas;
- 58,5% - Projetos especiais destinados as crianças como cultura, esporte e lazer;
- 54,7% - Deixar os espaços infantis bem coloridos, proporcionando ambientes alegres e divertidos;
- 44,9% - Área de lazer infantil junto às academias da terceira idade nas praças da cidade;
- 44,1% - Calçadas melhores para utilização dos carrinhos de bebês;
- 41,5% - Estacionamento para Deficientes e Autistas;
- 40,3% - Instalação de fraldário em locais públicos.

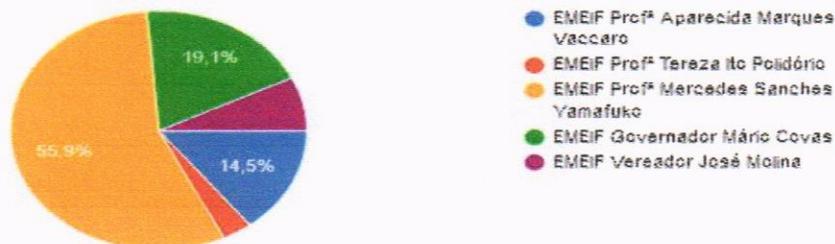


## Respostas dos responsáveis dos alunos das EMEIF – crianças de 4 a 5 anos:

Qual Unidade Escolar o seu(sua) filho(a) pertence?

[Copiar](#)

152 respostas



Em sua opinião, o que você acredita ser importante para a criança de 4 a 5 anos de idade:

[Copiar](#)

152 respostas



- 79,6% - Projetos especiais destinados às crianças como cultura, esporte e lazer;
- 71,7% - Parque infantil com área verde, adaptação e acessibilidade dos brinquedos, com manutenção frequente;
- 66,4% - Espaços destinados as atividades recreativas como ciclovias, espaço para soltar pipas, brincar de amarelinha, patinetes entre outros (local seguro);
- 54,6% - Faixas elevadas em frente às unidades escolares com maior fluxo de alunos, bem como, sinalização de trânsito educativa (colorida);
- 46,7% - Estacionamento para Deficientes e Autistas em Supermercados, Avenidas, Santa Casa e Outros;
- 48,7% - Implantação de um parque infantil no complexo esportivo;



- 48% - Brinquedotecas e/ou Gelotecas em locais de atendimento ao público (Ex.: postos de saúdes, entre outros);
- 38,8% - Área de lazer infantil interligada com a academia da terceira idade nas praças da cidade;
- 38,2% - Ponto de ônibus em locais de grande fluxo de alunos para a espera do transporte escolar (lúdico, com pinturas e desenhos alegres);
- 35,5% - Instalação de vasos sanitários infantis em locais públicos.

No processo de escuta das crianças que estão na primeira infância, foram feitas intervenções nas escolas, com os professores de cada turma, por meio de desenhos livres, questionando os alunos: qual é o mundo em que eu desejo?

Apresentados a seguir a seleção de alguns trabalhos realizados, ficando especificado que vários foram os desenhos que mereceriam um destaque especial, pois retrataram de forma bem peculiar o que esperam da cidade.



Governo de  
**Álvares Machado**  
Divisão de Educação, Cultura,  
Esporte e Lazer  
RNEIP Prof. Mercedes Sanchez Yamafuku

Álvares Machado, SP - CEP: 19160-000

ALUNO: \_\_\_\_\_

PROFESSORA: \_\_\_\_\_

SÉRIE INFANTIL II \_\_\_\_\_

• O MUNDO QUE EU DESEJO.  
PLANETA SAUDÁVEL





 Governo de  
**Álvares Machado**  
Direção de Educação, Cultura,  
Esporte e Lazer  
EMEIF Profª Mercedes Tancher Yamafuku

Álvares Machado, SP - CEP: 19.160-000  
CNPJ 10.916.996/0001-33

ALUNO \_\_\_\_\_  
PROFESSOR \_\_\_\_\_  
SÉRIE: INFANTIL II \_\_\_\_\_

• O MUNDO QUE EU DESEJO...  
FLORES E ANIMAIS





SUGESTÃO PARA O PLANO MUNICIPAL DA 1ª INFÂNCIA

NOME DA ESCOLA: APARECIDA MARQUES VAAGARO

NOME DO ALUNO: \_\_\_\_\_

NOME DO PROFESSOR: \_\_\_\_\_

SALA/CLASSE: MULT





SUGESTÃO PARA O PLANO MUNICIPAL DA 1ª INFÂNCIA

NOME DA ESCOLA: E.M.E.S.P. Prof. Apontada M. Gaccari

NOME DO ALUNO: \_\_\_\_\_

NOME DO PROFESSOR: Prof. J

SALA/CLASSE: T.C

Balango

Roda-Roda

Parque de Pedras

Parque com duenas

Balango

Gangorra

Piscina



Governo de  
**Álvares Machado**  
| Administração

@gov.alvaresmachado  
www.alvaresmachado.sp.gov.br  
Praça da Bandeira, S/N - (18)3273-9300  
19160.000 - Álvares Machado, SP



ALUNO: \_\_\_\_\_

PROFESSORA: \_\_\_\_\_

SÉRIE: INFANTIL II D

• O MUNDO QUE EU DESEJO...





## **METAS DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA**

### **1. Assegurar o acesso, permanência e monitoramento da qualidade da educação infantil;**

Permanecer assegurando o acesso e monitorar para que a educação infantil continue sendo de qualidade e sempre adaptada as demandas que surgirem.

### **2. Garantir acesso aos espaços que são de direito das crianças, de forma qualificada e protegida;**

Neste aspecto, vale ressaltar o investimento na infraestrutura dos locais públicos, tornando-os mais lúdicos e com áreas recreativas, coloridos, arborizados, com espaços adaptados e acessibilidade.

Além do investimento para ações de cultura, esporte e lazer que sejam voltadas ao público da faixa etária da primeira infância e suas famílias.

Maior segurança e investimento em sinalização principalmente nas saídas das escolas.

### **3. Proporcionar formação aos professores e demais profissionais da rede de ensino;**

Assegurar que os profissionais responsáveis pelo ensino estejam sempre atualizados quanto aos conteúdos que permeiam o desenvolvimento das crianças e dos seus direitos.

Durante a semana pedagógica investir em espaços de discussão referente a primeira infância e as aquisições necessárias para manejo com este nível de desenvolvimento.

Capacitar não só os professores, mas também inspetores, servidores gerais e escriturários, para que estejam alinhados no trato com as crianças para além do ambiente de sala de aula, garantindo acolhimento e desenvolvimento moral.

### **4. Garantir um trabalho colaborativo e de corresponsabilidade entre a política de educação e as famílias;**

Investir na parceria da escola com as famílias para que a responsabilidade na educação e desenvolvimento das crianças tenha caráter mútuo em busca da proteção integral desses. Importante criar motivos para engajar as famílias na instituição, participando dos processos decisórios e as atividades da escola, além de supervisionar as atividades em casa, motivando os alunos/filhos na relação com o ensino.



**5. Educação e Saúde – Programa Saúde nas Escolas (PSE) -programa nacional para integração entre as duas políticas, buscando que esse seja voltado para a primeira infância, proporcionando melhoria na qualidade de vida através de ações de prevenção e atenção a saúde com vistas a enfrentar situações que comprometam o desenvolvimento das crianças.**

Quanto às ações na área de nutrição, o foco é no diagnóstico nutricional este perpassa ações como a oferta de segurança alimentar dentro das escolas, focando na prevenção e manutenção, como o que já ocorre com refeições com 0% de açúcar nas creches.

A equipe nutricional aplicada nas escolas também realizará o rastreamento de possíveis casos de obesidade ou desnutrição, buscando trabalhar por meio de palestras, atividades lúdicas com as crianças e orientações às famílias, referente à relação das crianças com a comida e a importância da alimentação saudável como parte de um desenvolvimento protetivo e potente na primeira infância.

Vale ressaltar que para o trabalho nutricional de avaliação ocorrer, se faz importante, condutas de saúde, como exame antropométrico para levantar dados sobre peso, altura, crescimento e movimento.

Quanto às outras intervenções de saúde no âmbito escolar, devemos considerar ações que já ocorrem como projeto de vacinação nas escolas, bem como o projeto de higiene bucal.

Por fim, o município vem se capacitando para iniciar a Campanha dos Três Bichos: Hanseníase, Verminoses e Tracoma, sendo uma ação nacional.

**6. Ajustar metodologias para o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;**

Importante o olhar a esse momento transicional na vida dos alunos, para que sejam processos de desenvolvimento seguros para as famílias que vivem este momento de mudança. Por exigir ampla necessidade de ajustamento e adaptação sem que afete negativamente o desenvolvimento deste aluno.

**7. Integrar as políticas de educação com saúde e assistência social e outras que sejam voltadas às crianças de 0 a 6 anos, buscando uma ação integrada para o atendimento das crianças;**

Garantir um trabalho interdisciplinar entre as diversas políticas e serviços que compõem a rede de serviços do município, em busca de atender com prioridade e olhar sensível para a infância.

**8. Considerar as questões que cerceiam a educação especial no ambiente escolar.**



Capacitar os profissionais da rede de ensino que trabalham com a primeira infância, para que compreendam o público da educação especial e consigam manejar as situações no cotidiano, auxiliando para que o processo de desenvolvimento deste público seja atingido.

Efetivar medidas para que o direito da aprendizagem seja alcançado, respeitando os limites e os direitos específicos da educação especial.

Ampliar a comunicação entre a escola e as equipes de saúde multidisciplinares que acompanham as crianças que possuem diagnósticos específicos.

Iniciar um trabalho voltado para as famílias, proporcionando espaços de acolhimento e orientações das demandas que a educação especial exige referente a rede de apoio desta clientela.

**9. Buscar parcerias a partir de órgãos municipais ou regionais que possam auxiliar na priorização de ações para a primeira infância, investindo em atividades criativas e no desenvolvimento de forma saudável, estimulando através do lúdico e de propostas adaptadas para essa faixa etária.**

Estabelecer tais parcerias com Universidades, cursos, ou outros projetos paralelos que possam desenvolver tais ações em prol da primeira infância;

Realizar aproximação com conselhos e órgãos de controle que possam contribuir com direcionamento orçamentário em prol da infância e da educação, como CMDCA, CME, CACS FUNDEB.

**10. Parceria com corpo de bombeiros e outros órgãos de segurança para o trabalho de prevenção contra acidentes domésticos.**

A infância exige atenção e cuidado em tempo integral, necessitando de uma postura vigilante e atenta para evitar acidentes, principalmente quando a criança vai passando por suas fases de desenvolvimento, adquirindo habilidades, engatinhando, andando, manuseando objetos, inserindo em sua boca. Nos processos da criança descobrindo o mundo, não existe a compreensão dos perigos ao seu redor e então é papel dos adultos que estão na vida da criança, garantir essa proteção, sem que atrapalhe seus processos evolutivos.

O Corpo de Bombeiros recebe chamados para acidentes domésticos com crianças todos os dias. No período das férias escolares, entretanto, esse índice aumenta significativamente. Os principais acidentes domésticos ocorrem envolvendo piscinas, panelas ao fogo, energia elétrica e outros. Com isso, priorizamos a ações promovidas pelo corpo de bombeiros, que buscam orientar as escolas e os familiares e/ou responsáveis, em prol de prevenção de acidentes e riscos do cotidiano.



### 6.3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>3</sup>

As ações da Assistência Social voltadas para crianças de zero a 6 anos consideram todo o contexto familiar e comunitário em que estão inseridas. Nesse sentido, pautam-se na garantia dos direitos sociais das crianças e dos demais membros que integram as famílias, reconhecendo a condição peculiar de dependência da criança e as singularidades, inclusive quanto aos aspectos que possam interferir nas dinâmicas familiares nas demandas de cuidado.

A chegada de um novo membro demanda uma série de adaptações, o que inclui habilidades para a convivência, a redistribuição de tarefas e de funções domésticas, reajustes financeiros, a reorganização de espaços na residência, além do conhecimento e do reconhecimento entre o bebê e as pessoas que já compunham a família.

Em algumas situações, a chegada de um bebê não planejado ou a frustração de expectativas, somadas à necessidade de promover mudanças nas dinâmicas familiares, podem desencadear ou acentuar fragilidades nos vínculos. Contextos de vulnerabilidade social e territorial, aliados à fragilidade dos laços familiares e comunitários podem contribuir para tornar mais complexas as adaptações demandadas pela chegada de um novo membro.

O papel da política pública de Assistência Social é intervir no contexto de vulnerabilidades em que essas famílias estão inseridas, desenvolver ações que previnam a fragilização de vínculos e minimizem os riscos aos quais possam estar expostas e fortalecer suas potencialidades por meio de estratégias que promovam o seu protagonismo e empoderamento.

Para prevenir a fragilização dos vínculos e protegê-los, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, oferece à população uma série de serviços e benefícios a fim de promover o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária, de forma integrada aos serviços da Assistência Social.

Nos serviços da rede socioassistencial, as ações realizadas com as crianças e suas famílias propõem reflexão sobre as questões vivenciadas em seu dia a dia e estratégias para potencializar os seus ativos. As atividades lúdicas, como a realização de brincadeiras entre as crianças e os adultos, são algumas dessas estratégias e auxiliam na aquisição de repertórios de

<sup>3</sup> Esta primeira parte foi tirada da publicação: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.



comunicação mais efetivos, no desenvolvimento de relações de afetividade construtivas, na valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais da comunidade, na socialização, no sentimento de pertencimento, na construção de projetos de vida, na participação social, entre outras.

## A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ÁLVARES MACHADO

Em todos os Serviços da Política de Assistência Social, a Primeira Infância é prioridade absoluta. Quando pensamos na Proteção Social Básica - PSB, o equipamento CRAS- Centro de Referência de Assistência Social - que executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, tem por centralidade a família, e todas as ações deste serviço vislumbra desenvolver aquisições que permitam a essa família atendida e ou acompanhada a resgatar e ou fortalecer sua função protetiva, com enfoque em composições familiares que possuem crianças de 0 a 7 anos. Uma média mensal de acompanhamento/atendimento de 200 famílias. Observando ainda que o município conta com dois Centro de Referência de Assistência Social - CRAS que se encontram em dois principais territórios vulneráveis e o atendimento na área central por parte dos técnicos lotados no Órgão Gestor.

Ainda na Proteção Social Básica, os Programas de Transferência de Renda e o “Novo Bolsa Família”, traz em sua Lei de Implantação que, serão atendidas com prioridade famílias com integrantes da Primeira Infância. Reforçando mais uma vez o compromisso dessa Política com o tema. Em janeiro de 2024 foram pagos 1042 benefícios de Primeira Infância, crianças de 0 a 7 anos incompletos, benefício esse que integra o valor total de Bolsa Família que a família recebe.

Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família (2023)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico; SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social | Organizado por Datapedia.info



O Programa Bolsa Família traz ainda como requisito para o recebimento do benefício, que a família cumpra com três condicionalidades, duas dessas com impacto direto à primeira infância. Uma sobre a obrigatoriedade de frequência escolar, onde crianças de 4 a 6 anos completos, precisam apresentar uma frequência mínima de 75%, e na saúde pública de 0 a 6 anos devem apresentar carteira de vacinação e acompanhamento nutricional (peso e altura). Ambas as situações são condicionantes para o recebimento. Constata-se os programas de transferência de renda como um investimento no capital financeiro, mas com grande importância de investimento no capital humano por meio das condicionalidades.

Os benefícios eventuais concedidos por esta Política contemplam todos os municípios que atendam aos critérios estabelecidos por Lei, mas uma das prioridades de concessão é para famílias com crianças de 0 a 6 anos completos, em sua composição.

No que tange a Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade, o município contempla o equipamento CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, atendendo todas as crianças e adolescentes que passam por situação de violência. Tal atendimento se concretiza por uma equipe multidisciplinar, contando com assistente social, psicólogo e advogado. As situações atendidas são: violência física, psicológica, sexual, bullying, discriminação, dentre outros.

O atendimento/acompanhamento na Proteção Social Especial de média complexidade tem como foco romper com o ciclo de violência por meio da mediação familiar e intervenção das ações do Estado por meio das Políticas Públicas articuladas.

Em situações em que o vínculo entre a criança e a família foi rompido em decorrência do abandono e ou aplicação de medida protetiva o município oferta dois serviços nessa modalidade, um é através de parcerias celebradas com outros municípios para Acolhimento Institucional, que não é a primeira escolha desse município, e um outro serviço que é o Acolhimento Familiar, denominado Programa Família Acolhedora, onde a criança permanece no convívio familiar, de pessoas que foram previamente cadastradas e capacitadas para exercer o cuidado da criança no período em que a família de origem passa por acompanhamento da rede, para que reestabeleça os cuidados para com a criança acolhida sendo esta quando possível a opção que este município privilegia, vislumbrando o cumprimento do ECA de assegurar o convívio familiar e comunitário.



Todos os serviços, proteção, programas, projetos e ações específicas, executadas por esta Política se fazem de forma articulada e continua, não só entre a Política de Assistência Social, mas todas as demais Políticas Públicas.

## **METAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM A PRIMEIRA INFÂNCIA**

1. Manutenção dos Serviços já ofertados, com foco na qualidade do atendimento;
2. Fortalecer o Atendimento dos Benefícios Eventuais, com foco em estratégias de Segurança Alimentar, priorizando famílias que em sua composição contam com membros na Primeira Infância;
3. Fortalecer a função protetiva da família, com objetivo de redução dos indicadores de violência contra crianças e adolescentes;
4. Serviços que ofertam espaços para convivência familiar, articulando responsáveis e crianças.
5. Promover campanhas de sensibilização para a prevenção e enfrentamento à violência, nas diferentes formas, alinhados com as campanhas nacionais e estaduais.

### **6.4. SAÚDE**

#### **PMPI - PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA SAÚDE**

Este plano se baseia no conceito de saúde como um fenômeno construído social e historicamente, resultante de determinantes sociais que geram acesso ou barreiras a uma vida digna e decente. Saúde, para além do paradigma médico assistencial, é o entendimento da vida como riqueza social e que é desenvolvida no cotidiano das pessoas e nas suas relações.

A Constituição Federal consagra a saúde, juntamente com a proteção à maternidade e à infância, como um direito social. Além disso, a saúde é definida como um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garantir a redução do risco de doenças e outros agravos por meio de políticas sociais e econômicas. Essa definição aponta para a complexidade do tema, e a reflexão mais aprofundada sobre seu significado leva a considerar a necessidade de ações intersetoriais e interdisciplinares com o propósito de criar condições de vida saudáveis.



O texto constitucional torna-se mais contundente quando trata das fases iniciais da vida: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CF., art. 227).

O Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) trouxe, em 2010, subsídios que alargaram e aprofundaram a visão da agenda política em sua atuação frente aos compromissos com a saúde integral das crianças. Ao revisitar o texto dez anos depois, atualiza-se o contexto de saúde das crianças brasileiras, e se assinalam os avanços e desafios da garantia integral do seu direito à saúde e, por conseguinte, a uma vida digna.

De acordo com o IBGE (Censo/2022), a cidade de Álvares Machado conta com 3.338 crianças com idade entre 0 e 6 anos, e o município vem buscar por meio deste Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), o estabelecimento de metas e estratégias que, transformadas em ações promoverão uma primeira infância plena, estimulante e saudável para as crianças no Município.

Segundo o Plano Nacional da Primeira Infância, da gestação ao nascimento até os 6 anos de idade, o cérebro humano se desenvolve mais rapidamente do que em qualquer outra fase da vida e esse desenvolvimento depende diretamente da qualidade dos estímulos, dos vínculos estabelecidos com as pessoas no entorno e do ambiente no qual a criança está inserida. Tais fatores determinam o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais, físicas e emocionais. Portanto, situações de privação e risco nessa idade prejudicam esse desenvolvimento, ocasionando dificuldades nas etapas futuras da vida.

No Brasil, a prioridade da criança é estabelecida no art. 227 da Constituição Federal, de 1988. O artigo determina um tratamento privilegiado para a faixa etária de 0 a 18 anos (excepcionalmente, até 21). Mostra reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º: A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;



d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O Marco Legal da Primeira Infância, conforme a Lei nº 13.257, de 2016, deu um passo além e estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos e a garantia da criação de diversos programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças em seus primeiros anos de vida e trouxe em seu contexto algumas diretrizes para estabelecimento de prioridades na garantia dos direitos da criança.

## **PRIORIDADES ESTRATÉGICAS**

A atenção à primeira infância vai desde o período da gravidez, com atendimentos de saúde, por exemplo, passa pela vacinação, pelas creches, pela alfabetização, pela segurança alimentar, entre outros aspectos que garantem o desenvolvimento das crianças. As ações estão, portanto, distribuídas em diferentes secretarias do governo municipal.

Essa fase é marcada por vários processos de desenvolvimento, que são influenciados pela realidade na qual a criança está inserida, pelos estímulos que recebe e pela qualidade dos vínculos afetivos que vivencia. Justamente por isso, o começo da vida deve receber proteção especial.

### **Alimentação e Nutrição**

A alimentação e a nutrição são fundamentais para o desenvolvimento infantil integral, de modo que o artigo 14, § 3º do Marco Legal da Primeira Infância prevê informações a mães e pais sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

Nesse sentido, são relevantes as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que indica a amamentação exclusiva até os seis meses de vida e a manutenção da amamentação até os dois anos, o que aperfeiçoa o desenvolvimento cerebral da criança, fazendo com que a matéria branca do cérebro, responsável pela rapidez das sinapses, aumente de 20 a 30% nesse período.

### **Saúde**



O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 7º, assegura o direito à saúde para todas as crianças e adolescentes sem que haja qualquer tipo de menosprezo ou discriminação. O acesso integral à saúde é garantido por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS) para qualquer espécie de serviço, devendo ser concedido com prioridade ao público infantil.

O acesso integral à saúde é também garantido para as mulheres gestantes, segundo texto do artigo 19 do Marco Legal da Primeira Infância, visando o atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal pelo Sistema Único de Saúde conforme veremos em Metas e Estratégias.

### **Cuidado Durante o Pré-Natal**

O pré-natal é o acompanhamento médico que toda gestante deve ter a fim de que a mãe e o bebê mantenham boas condições de saúde. Durante a gravidez, o Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, sete exames laboratoriais que visem identificar e tratar doenças que possam trazer prejuízos à saúde da mãe ou da criança. A garantia do pré-natal está explícita no artigo 8º, § 1º, do ECA, incluído pelo artigo 19 do Marco Legal da Primeira Infância.

### **Atenção Humanizada Durante o Parto**

É fundamental atenção e cuidados específicos à gestante. O artigo 8º do Marco Legal da Primeira Infância assegura a todas as mulheres atenção humanizada durante o parto e o puerpério, evitando possíveis problemas ou acidentes. Além disso, garante-se também proteção e promoção ao aleitamento materno, oferecimento de orientações voltadas a cuidados para a criança e cuidados pós-parto, direito a um acompanhante escolhido pela parturiente, acompanhamento saudável durante toda a gestação e parto natural cuidadoso, conforme o artigo 8º do ECA, incluído pelo artigo 19 do Marco Legal da Primeira Infância.

### **Licenças Parentais**

O Marco Legal da Primeira Infância, por meio de seu artigo 38, altera a Lei 11.770, de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, a fim de estender as licenças parentais:

Licença-maternidade: de acordo com o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, e com o artigo 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas [CLT], são assegurados 120 dias de licença-maternidade e, com o advento do Marco Legal da Primeira Infância, no caso de empresas participantes do programa Empresa Cidadã, são garantidos mais 60 dias, (sem colocar em risco o emprego ou o salário da gestante) totalizando 180 dias;



Licença-paternidade: além dos cinco dias de licença estabelecidos pelo artigo 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio do programa Empresa Cidadã, garantem-se mais 15 dias de dispensa, totalizando 20 dias.

## **PANORAMA ATUAL**

### **SITUAÇÃO DA SAÚDE NA 1ª INFÂNCIA**

A primeira infância conforme visto, vai desde a gestação até aos 6 anos de idade, é uma fase extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é um período importante para construção de competências emocionais e socioafetivas e o desenvolvimento de áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado.

Nos primeiros anos de vida a arquitetura do cérebro começa a se formar e esse processo continua ao longo do tempo, moldado pelas experiências positivas ou negativas vividas e compartilhadas, principalmente, com seus pais, parentes e cuidadores em geral. Por isso, a proteção é essencial: problemas graves logo no início da vida, como violência familiar, negligência e desnutrição, podem interferir no desenvolvimento saudável do cérebro. Por outro lado, vínculos fortes e o estímulo adequado geram benefícios que vão desde o aumento da aptidão intelectual – que favorece o acompanhamento escolar e diminui os índices de repetência e evasão – até a formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios do cotidiano.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE DA 1ª INFÂNCIA**

### **SAÚDE: ATENÇÃO INTEGRAL E INTERSETORIAL**

Nos últimos anos, governos e sociedade entenderam que priorizar a infância é uma estratégia inteligente que permite maiores ganhos sociais e econômicos. O investimento na primeira infância mostra potência para reduzir iniquidades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. Diversos estudos vêm demonstrando que quanto mais se investir em saúde, educação e na construção de ambientes seguros e livres de violência para as crianças, menos será necessário gastar no futuro para frear os efeitos que a falta desses recursos traz.



Legislações foram criadas e obtiveram um grande avanço nos últimos anos para que se buscassem direitos com a garantia de proteção da criança e adolescentes. Dentre estas políticas, destaca-se a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**.

Essa política tem como objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno mediante atenção e cuidados integrais e integrados desde a gestação, com especial zelo à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando a um ambiente facilitador à vida, com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento, e à redução da morbimortalidade.

A PNAISC é resultado de um processo de construção interfederativa, realizada ao longo de quatro anos de trabalho por estados, municípios e governo federal. Possui princípios e diretrizes a serem considerados na elaboração dos planos, dos programas, dos projetos e das ações de saúde voltados para crianças e está estruturada sobre sete eixos estratégicos.

Os Eixos estratégicos estão descritos na forma de metas e estratégias do Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado, fruto do diálogo estabelecido entre o poder público e a Gestão Municipal de Saúde durante o processo de elaboração deste documento.

O resultado desse trabalho serviu como ponto de partida para o planejamento com a sociedade civil e viabilizou o detalhamento de estratégias para a promoção da atuação intersetorial, com o objetivo de avançar no atendimento integral e integrado das crianças na primeira infância e suas famílias.

## **METAS E ESTRATÉGIAS**

### **ATENDIMENTO PRÉ- NATAL E ATENÇÃO OBSTÉTRICA HUMANIZADA**

#### **I - Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido**

Consiste na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e o acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção;

O atendimento pré-natal deverá ser completo e aplicado por profissionais da atenção primária.



**1.1.** Garantir acompanhamento pré-natal na realização de busca ativa que garanta a captação precoce (até 12ª semana) das gestantes para iniciar o pré-natal.

**1.2.** Realizar 07 ou mais consultas de pré-natal para 90% das gestantes com acompanhamento através de exames, vacinação e avaliação Integral das necessidades da mulher com práticas educativas e monitoramento do cuidado.

**1.3.** Realizar formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.

**1.4.** Realizar visitas domiciliares periódicas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS), equipe da atenção básica se houver necessidade, e ações complementares de apoio a gestantes e famílias para o desenvolvimento das crianças.

**1.5.** Garantir teste rápido para sífilis em todas as ESF'S/EAP'S.

**1.6.** Garantir a realização do teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS.

**1.7.** Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação).

**1.8.** Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal.

**1.9.** Realizar o encaminhamento ao Pré- Natal de Alto Risco (PNAR) quando necessário.

**1.10.** Orientar sobre o plano de parto e realizar o preenchimento juntamente com a gestante enfatizando sobre o direito de a mãe opinar e decidir sobre o melhor plano para ela e seu bebê.

**1.11.** Agendar visita na maternidade de referência ao parto

**1.12.** Encaminhar ao hospital maternidade de referência ao parto, com seguimento do cuidado na atenção básica desde os primeiros dias de vida.

**1.13.** Assegurar a gestante e a parturiente o direito a um acompanhante de sua preferência.

**1.14.** Realização da 1ª consulta do recém-nascido na atenção básica em até 7 dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.

**1.15.** Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até 28 dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres.

**1.16.** Realização de triagem neonatal através do teste do pezinho até o 6º (sexto) dia de vida na UBS/ESF.



## **SAÚDE MENTAL**

**1.17.** Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.

**1.18.** Fortalecer a rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.

**1.19.** Articular as ações e os equipamentos de saúde mental na rede do território: EAP'S/ESF, CENTRO DE ESPECIALIDADES, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Adulto e Álcool e Drogas.

Realizar vigilância das gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental por meio de visitas domiciliares e consultas mais frequentes.

## **ALEITAMENTO MATERNO E ALIMENTAÇÃO INFANTIL**

### **II - Aleitamento materno e alimentação complementar saudável**

Estratégia ancorada na promoção, na proteção e no apoio ao aleitamento materno, iniciando na gestação, considerando-se as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis;

**2.1.** Estimular o Aleitamento materno exclusivo até o 6º (sexto) mês de vida e estendido com a alimentação complementar saudável até aos 24 meses.

**2.2.** Fomentar a disponibilização de salas de apoio à amamentação nos equipamentos públicos.

**2.3.** Apoiar à Mulher Trabalhadora que amamenta (MTA) respeitando o direito de dois períodos de meia-hora cada para amamentar durante a jornada de trabalho até os seis meses de idade, se a mulher estiver trabalhando neste período.

**2.4.** Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.

**2.5.** Sensibilizar a sociedade para a promoção da alimentação saudável.

**2.6.** Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.



## **ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL**

Uma alimentação adequada e saudável é composta de comida de verdade e começa pelo aleitamento materno, que deve ser exclusivo nos primeiros seis meses de vida e complementado até dois anos.

**2.7.** Proibir a abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável nos equipamentos públicos.

**2.8.** Monitorar o crescimento e desenvolvimento de 90% das crianças abaixo da linha da pobreza.

**2.9.** Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar para identificação das vulnerabilidades: abrangência de 80% de crianças de 0 a 6 anos para marcadores antropométricos e 85% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 2 anos, dessa população.

**2.10.** Realizar a pesquisa do marcador do consumo alimentar a fim de investigar o consumo de alimentos ultraprocessados tendo em vista a situação de insegurança alimentar.

**2.11.** Realizar educação nutricional voltada para o conhecimento, as atitudes e práticas sobre leitura e interpretação de rótulos de alimentos, visando escolhas alimentares saudáveis.

## **COMBATE A DESNUTRIÇÃO - AÇÕES CONJUNTAS INTERSETORIAIS**

A deficiência de vitaminas e outros nutrientes essenciais atinge pelo menos uma em cada duas crianças menores de 5 anos e quase duas em cada três crianças entre 6 meses e 2 anos não recebem os alimentos de que precisam. Essa carência, além de colocar em risco seu desenvolvimento físico, provoca dificuldades de aprendizagem, baixa imunidade, aumento de infecções e, em muitos casos, pode levar à morte.

**2.12.** Inserir a criança e/ou gestante ao programa do bolsa família para desacentuar a vulnerabilidade e as fragilidades de vínculo e minimização de riscos.

**2.13.** Realizar o acompanhamento familiar e de saúde em domicílio, que proteja especialmente crianças em ambientes de alta vulnerabilidade;

**2.14.** Apoiar a mães e pais a fim de que desenvolvam sua capacidade e habilidade enquanto cuidadores;

**2.15.** Estabelecer comunicação conjunta entre Serviço Social, Conselho Tutelar Municipal e Atenção Básica para garantia dos direitos da criança.



## **AÇÕES DA SAÚDE BUCAL**

- 2.16. Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%.
- 2.17. Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base.
- 2.18. Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas EMEIs, inclusive na creche conveniada; nas EMEIFs e em grupos de pais e responsáveis Através do Programa Saúde na Escola (PSE)
- 2.19. Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.
- 2.20. Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.

## **ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **III - Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral**

Consiste na vigilância e no estímulo do pleno crescimento e desenvolvimento da criança, em especial do “Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI)”, por meio da atenção básica à saúde, conforme as orientações da Caderneta de Saúde da Criança, incluindo ações de apoio às famílias para o fortalecimento de vínculos familiares;

3.1. Realização de puericulturas na atenção básica sendo 7 consultas realizadas no primeiro ano de vida da criança (1ª semana de vida, 1º mês, 2º mês, 4ºmês, 6º mês, 9º mês, 12º mês) e até 2 anos consultas semestrais de acompanhamento e desenvolvimento da criança, após esse período realização de consultas anuais.

3.2. Disponibilização da caderneta de saúde da criança com atualização periódica do seu conteúdo pela atenção básica.

3.3. Realização do acompanhamento do desenvolvimento da criança com ações que perpassam todos os níveis de atenção: promoção, proteção, atendimento, detecção precoce e reabilitação de alterações que podem repercutir na sua vida futura.

3.4. O acompanhamento sistemático do crescimento, com o devido registro do perímetro cefálico até 2 anos; do ganho de peso, altura e Índice de Massa Corporal (IMC), nas curvas de crescimento, permitindo a identificação de crianças com ganho pondero-estatural alterado em relação aos padrões, risco nutricional (desnutrição ou obesidade) e, associado a uma avaliação integral que permite o diagnóstico de outros agravos (anemia, infecções etc.) e vulnerabilidades,



com as devidas intervenções médicas/nutricionais (exames complementares, tratamentos etc.) e/ou de suporte social necessárias, em tempo oportuno.

3.5. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

3.6. Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas.

3.7. Ofertar a vacina nas salas de vacina da UBS.

3.8. Intensificar a cobertura nos bolsões de baixa cobertura vacinal.

3.9. Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.

3.10. Capacitar de forma permanente as equipes para o convencimento das famílias/cuidadores em relação à importância da vacinação.

3.11. Monitorar a caderneta de vacina de 100% das crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e vacinar nas escolas, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.

#### **IV - Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas**

Consiste em estratégia para o diagnóstico precoce e a qualificação do manejo de doenças prevalentes na infância e nas ações de prevenção de doenças crônicas e de cuidado dos casos diagnosticados, com o fomento da atenção e da internação domiciliar sempre que possível conforme o protocolo municipal se existente no município.

4.1. Diagnosticar precocemente as doenças prevalentes na infância e realizar encaminhamento para especialidade em casos especiais e necessários em tempo oportuno

4.2. Qualificação dos profissionais para realização de manejo quanto as doenças prevalentes da primeira infância (AIDPI).

4.3. Realização de ações educativas através do Programa Saúde na Escola – (PSE) sobre a prevenção de doenças crônicas, através da Alimentação saudável e bons hábitos de higiene e segurança.

4.4. Cuidado dos casos diagnosticados de Doenças Crônicas com acompanhamento conjunto com a especialidade e manutenção do vínculo da criança e familiar com a atenção básica evitando a peregrinação das famílias em busca da assistência necessária.

4.5. Fortalecer ações preventivas na infância e diminuir a incidência e/ou gravidade dos casos de doenças infecciosas, especialmente pneumonia, diarreia, parasitoses intestinais,



meningites, tuberculoses, malária, sarampo e distúrbios nutricionais através de educação em saúde e consultas de puericulturas.

## **COMBATE A VIOLÊNCIA/ AÇÕES CONJUNTAS INTERSETORIAIS**

### **V - Atenção integral a crianças em situação de violência, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz**

Consiste em articular um conjunto de ações e estratégias da rede de saúde para a prevenção de violências, acidentes e promoção da cultura de paz, além de organizar metodologias de apoio aos serviços especializados e processos formativos para a qualificação da atenção à criança em situação de violência de natureza sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono, visando à implementação de linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde e na Rede de Proteção Social no território;

**5.1.** Implementar intervenções que promovam a adoção de medidas de segurança e mudanças de comportamento, para que as crianças possam viver em um mundo mais seguro.

**5.2.** Promover atividades educativas dentro das ESF'S/EAP'S abordando temas pontuais sobre a promoção de saúde e prevenção de agravos e violências relacionadas ao público infantil.

**5.3.** Realizar comunicação intersetorial quando suspeitar de violação dos direitos e garantias da proteção das crianças e adolescentes.

**5.4.** Realizar notificação compulsória e caso de situações de violência sexual acionando o órgão de proteção.

**5.5.** Oferecer formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.

**5.6.** Realizar campanhas de conscientização para prevenção de acidentes na infância

### **VI - Atenção à saúde de crianças com deficiências ou em situações específicas e de vulnerabilidade**

Consiste na articulação de um conjunto de estratégias intrassetoriais e intersetoriais para inclusão dessas crianças nas redes temáticas de atenção à saúde, mediante a identificação de situação de vulnerabilidade e risco de agravos e adoecimento, reconhecendo as especificidades deste público para uma atenção resolutiva;



**6.1.** Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão.

**6.2.** Estimular pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada.

**6.3.** Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado dessa população.

**6.4.** Ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, nos serviços públicos municipais.

**6.5.** Realização de visitas domiciliares pela equipe da atenção básica para crianças e gestantes com agravos de saúde que as impossibilitem de se locomoverem até a unidade de saúde mais próxima de sua residência.

**6.6.** Identificar durante a visita domiciliar qualquer suspeita de trabalho infantil que viole os direitos e garantias da criança e adolescente e orientar o cuidador/ responsável sobre a violação desses direitos como forma de educação em saúde no combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhado do adolescente.

## **VII - Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno**

Consiste na contribuição para o monitoramento e a investigação da mortalidade infantil e fetal e possibilita a avaliação das medidas necessárias para a prevenção de óbitos evitáveis. Cabe ainda enfatizar que ações de prevenção podem beneficiar a mulher e a criança. Ainda, é importante destacar a repercussão de um óbito materno sobre a vida da criança que sobrevive.

Realizar o levantamento dos dados através de entrevista domiciliar e análise dos óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos, fetais e infantis da área de abrangência da unidade/município com instrumento próprio de investigação de óbito disponibilizado pelo Ministério da Saúde sob responsabilidade da Vigilância Epidemiológica.

Manter a vigilância sobre este evento, como forma de ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre seus determinantes, buscando maneiras de evitar novas ocorrências evitáveis através de ações educativas pela Vigilância Epidemiológica em parceria com a atenção básica.



Incentivar o comparecimento nas consultas de pré-natal, puerpério e puericulturas sendo o acesso ao serviço de saúde com qualidade na assistência uma das formas de prevenção ao óbito materno infantil.

Identificar vulnerabilidades que possam evoluir para a mortalidade materno-infantil e estabelecer condutas de forma oportuna para prevenção.

### **CAMPANHAS EDUCATIVAS**

A alimentação desequilibrada, a falta de atividades ao ar livre e espaços ao lazer, a ausência de diagnósticos, a falta de orientação sobre práticas saudáveis e o não acompanhamento do estado de saúde geral são fatores de risco para diversas doenças, que podem levar a sérias limitações.

As Campanhas Educativas visam promover a saúde e a qualidade de vida em crianças, reduzir a prevalência de doenças e agravos que possam levar a mortalidade infantil, integrando diversas ações em saúde, da prevenção à recuperação, por meio da integralidade.

As campanhas principais são planejadas a fim de educar e prevenir agravos evitáveis com os temas sobre alimentação saudável, educação em saúde bucal, e, imunização, por meio de cartilhas, seminários, orientação individual e em grupo, com a participação dos atores do município e Programa Saúde na Escola (PSE), assim como a sensibilização e a capacitação de profissionais da área da saúde, e intersetoriais.

### **6.5 - CRIANÇA, O BRINCAR E O ESPAÇO URBANO**

A criança tem uma relação muito próxima com o espaço urbano, pois muitas vezes é o local onde ela pode brincar e aprender. Sabe-se que o brincar é fundamental para o efetivo desenvolvimento da criança favorecendo a sua autoestima e auxiliando na aquisição de conhecimentos. Assim, a ligação existente entre a criança – o brincar – e o espaço urbano, é muito relevante na primeira infância e merece uma atenção especial, principalmente sob o olhar das crianças.

O direito do brincar passou a ser reconhecido pela comunidade internacional, a partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade em 20 de Novembro de 1959, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, que estabelece em seu Princípio VII o “direito à educação gratuita e ao lazer infantil”.



Este direito foi refirmado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, também aprovada pela ONU em 20 de novembro de 1989. Nela ficou consignado no artigo 31:

- Os Estados Parte reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, a **brincar** e a participar livremente da vida cultural e das artes.
- Os Estados Parte deverão respeitar e promover o direito da criança de participar integralmente da vida cultural e artística e deverão propiciar oportunidades iguais e apropriadas para a atividade cultural, artística, recreativa e de lazer.

A Constituição Brasileira reafirma este compromisso no artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente coloca o direito de brincar e estar nos espaços públicos de forma taxativa como direito da criança. Dispõe o ECA:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;**
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;**
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Mais recentemente, foi aprovado o dia 11 de junho como Dia Internacional do Brincar. A aprovação ocorreu em 25 de março de 2024, pela ONU - Organização das Nações Unidas, que sinaliza a importância do brincar ao adotar oficialmente o referido dia. Diversas organizações de todo o mundo se uniram para aprovação desta data. Os dias internacionais de sensibilização podem criar mudanças sistêmicas, para permitir que todas as crianças tenham acesso ao tempo, espaço e apoio de que necessitam para brincar.

Estas diretrizes legais são direcionadas aos adultos que devem seguir as seguintes orientações<sup>4</sup>:

**A - INVISTA** no bem-estar das crianças, protegendo o direito de brincar.

**B - PROPORCIONAR** às crianças mais tempo e oportunidades para brincar, inclusive na escola.

**C - PROTEJA** o direito de brincar criando locais seguros e acessíveis para brincar, inclusive para aqueles com necessidades especiais.

<sup>4</sup> <https://www.internationaldayofplay.org/>



**D - RESPEITE** o direito de sermos ouvidos em decisões que afetem nosso direito de brincar.

**E - APOIE** as crianças no desenvolvimento de habilidades sociais através da brincadeira.

Diante do exposto, a cidade deve oferecer espaços adequados para o brincar da criança e seu regular desenvolvimento. E nesse sentido, ao realizar a pesquisa com as crianças que frequentam as creches e a pré-escola, pode-se constatar a vontade delas que deve ser materializada em metas relativas a este tópico. São muitas as respostas à indagação feita: o que você considera importante para a sua idade? Foram selecionadas e agrupadas algumas de forma a facilitar a compreensão e o seu fiel cumprimento.

Assim, as metas a seguir traduzem o anseio desta população da primeira infância e que deve ser considerada:

### **METAS DO BRINCAR E DO ESPAÇO PÚBLICO**

1. Mais espaços destinados a atividades recreativas, parque infantil com área verde, adaptação e acessibilidade dos brinquedos;
2. Manutenção dos parques infantis, com pinturas coloridas e atraentes e brinquedos acessíveis às crianças bem pequenas;
3. Projetos especiais destinados as crianças como cultura, esporte e lazer;
4. Acrescentar espaço para a criança na primeira infância junto as academias da terceira idade nas praças da cidade;
5. Melhoria das calçadas para facilitar a utilização dos carrinhos de bebês;
6. Instalação de fraldário em locais públicos, bem como em locais onde se realiza eventos com a possibilidade de participação de grande público (rodeio, aniversário da cidade, etc).
7. Espaços destinados as atividades recreativas como ciclovias, espaço para soltar pipas, brincar de amarelinha, patinetes entre outros (local seguro);
8. Faixas elevadas em frente às unidades escolares com maior fluxo de alunos, bem como, sinalização de trânsito educativa (colorida);
9. Estacionamento para Deficientes e Autistas em Supermercados, Avenidas, Santa Casa e Outros;



10. Brinquedotecas e/ou Gelotecas em locais de atendimento ao público (Ex.: postos de saúdes, entre outros).

## 7. GOVERNANÇA

Há várias formas de avaliar a efetivação de um plano municipal, sendo a sua governança uma delas. Seguindo a diretriz do governo federal apresentada no Decreto n. 9.203 de 22 de novembro de 2017, verifica-se que governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Este Decreto ainda aponta as diretrizes da governança pública estabelecendo, no artigo 4º:

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

...

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

Verifica-se que a governança tem entre as suas funções básicas a avaliação, direcionamento e monitoramento das ações que envolve uma política pública. Desta forma, a sociedade, em especial, deve buscar a efetividade de resultados da política pública a ser implementada. Nesse contexto, o Plano Municipal da Primeira Infância deve ser avaliado periodicamente, direcionando e monitorando as ações através das metas apresentadas.

Esta avaliação, direcionamento e monitoramento deve ser captaneado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que em articulação com os órgãos governamentais do executivo, legislativo e judiciário, bem como a sociedade civil, acompanhará a efetiva implementação do Plano Municipal da Primeira Infância de Álvares Machado. É certo que este monitoramento deve ser feito durante um determinado período de tempo, possibilitando a efetiva execução das metas.

Destaca-se ainda que datas comemorativas relacionadas a primeira infância, devem ser incluídas no calendário municipal como datas a serem comemoradas e lembradas por força do Plano



Municipal da Primeira Infância, também com vistas ao monitoramento da política pública implantada.

Assim, no dia 01 de junho deve-se comemorar o DIA INTERNACIONAL DO BRINCAR. Esta data foi aprovada em 25 de março de 2024, a ONU - Organização das Nações Unidas e sinaliza a importância do brincar.

Da mesma forma, o mês de agosto deve ser dedicado a Primeira Infância. A Lei n. 14.617 de 10 de julho de 2023 instituiu o referido mês, durante o qual deve ocorrer a promoção de ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até seis anos de idade e às suas famílias.

Estabelece a citada lei:

Art. 2º No Mês da Primeira Infância serão realizadas ações integradas, nos âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de promover:

I – amplo conhecimento sobre o significado da primeira infância à família, à sociedade, aos órgãos do poder público, aos meios de comunicação social, aos setores empresarial e acadêmico, entre outros;

II - respeito à especificidade do período da primeira infância, considerada a diversidade das infâncias brasileiras;

III – oferta de atendimento integral e multiprofissional à criança na primeira infância e à sua família, especialmente nos primeiros 1.000 (mil) dias de vida, consideradas as áreas prioritárias previstas na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016;

IV – ênfase nas ações de promoção de vínculos afetivos saudáveis, de nutrição, de imunização, do direito de brincar e de prevenção de acidentes e doenças na primeira infância;

V – educação continuada e valorização dos profissionais que atuam com crianças na primeira infância e com suas famílias;

VI – divulgação de investimentos e resultados de projetos e de programas destinados à promoção do desenvolvimento humano integral na primeira infância;

VII – disseminação da importância do investimento na primeira infância, com vistas à promoção e ao desenvolvimento de políticas, de programas, de ações e de atividades para garantir prioridade e efetivação dos direitos ao público da primeira infância;

VIII – iniciativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil organizada para atenção à primeira infância.

Constata-se ainda na citada lei, no artigo 3º, que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão priorizar a discussão e a votação de proposições legislativas que de forma direta ou indireta beneficiem as crianças na primeira infância. Trazendo esta legislação ao município, poderá a Câmara Municipal durante o citado mês desenvolver ações em prol da primeira infância.

Enfim, o importante é monitorar a execução do plano, valendo-se de todas as ações necessárias para que ele atinja o seu objetivo.



## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMENTAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: Conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia\\_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf)

Apoio à Mulher Trabalhadora para manter a Amamentação. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/apoio\\_mulher\\_trabalhadora\\_amamentacao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/apoio_mulher_trabalhadora_amamentacao.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

CAMPANHAS EDUCATIVAS EM SAÚDE – A INTERDISCIPLINARIDADE DA NUTRIÇÃO, ENFERMAGEM E ODONTOLOGIA: Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://www.unip.br/eceic/admin/Anexos/Conteudo/C2016/C9/file\\_892016114929764.pdf](https://www.unip.br/eceic/admin/Anexos/Conteudo/C2016/C9/file_892016114929764.pdf)

O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOBRE A APRENDIZAGEM. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/IMPACTO\\_DESENVOLVIMENTO\\_PRIMEIRA%20INFANCIA\\_SOBRE\\_APRENDIZAGEM.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf)

Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_acoes\\_intersetoriais\\_primeira\\_infancia.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_acoes_intersetoriais_primeira_infancia.pdf)

Guia para elaboração do plano municipal pela Primeira Infância – Rede Nacional da Primeira Infância: ANDI Comunicações e Direitos – 4ª Ed. Brasília.

PACTO NACIONAL E POLÍTICAS INTEGRADAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: Palestra. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04292021090248-palestra.magna.dra.tricia.navarro.ivanian.ghesti.pdf>

PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: Acesso: 11/04/2024. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>

PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAISC. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-diretrizes-para-implementacao-da-pnaisc/>

Primeira Infância é prioridade absoluta. Acesso: 14/04/2024. Disponível em: [https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2017/11/cartilha\\_primeira-infancia.pdf](https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2017/11/cartilha_primeira-infancia.pdf)



**JUSTIFICATIVA**  
**DO PROJETO DE LEI Nº 11/2024**

**Senhor Presidente e Vereadores,**

Tenho a honra de passar às mãos de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado.

O Projeto de Lei em debate tem como objetivo principal a proteção da primeira infância por meio de princípios e diretrizes que promoverão um suporte aos direitos das crianças e adolescentes. É de suma importância, portanto, necessário que se de um norte a uma Política Municipal Integrada voltada a Primeira Infância com peculiaridades intersetoriais, dessa maneira envolvendo uma subdivisão de tarefas em vários ramos, assim, corresponsabiliza o município, a sociedade como um todos e a família, seu berço.

Cabe destacar que talvez seja a mais importante fase da vida, uma vez que o desenvolvimento cognitivo da criança está em formação, onde as capacidades e habilidades começam a serem produzidas. Portanto é dever buscar evitar um mau desenvolvimento, pois o reflexo futuro atinge toda uma sociedade.

Com esse olhar que é considerada de grande relevância a primeira infância, sendo necessário proporcionar o mínimo de qualidade de vida, para um desenvolvimento sadio.

Conclui-se que investir em uma política de primeira infância conduzirá a grandes benefícios em médio e longo prazo, promovendo justiça e equidade social, com impacto na economia, na produtividade e evolução da sociedade.

Deste modo, solicita-se que a matéria seja recebida e distribuída às respectivas comissões de vereadores e demais distintas edis com assento nessa Casa de Leis, a fim de que sejam procedidas as devidas análises e deliberações, com posterior submissão ao Plenário dessa Egrégia Câmara para apreciação e votação, ocasião na qual pugna-se pela sua aprovação.

Estas são as razões do Projeto de Lei.

Cordialmente,

**ROGER FERNANDES GASQUES:35013964814**  
Assinado de forma digital por ROGER FERNANDES GASQUES:35013964814  
Dados: 2024.08.27 10:00:25 -03'00'

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
Prefeito Municipal



**ADRIANO GIMENEZ STUANI**  
Procurador Geral



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

CM. Álvares Machado (SP), 03 de setembro de 2024.

## PARECER JURÍDICO

**EMENTA: PROJETO DE LEI. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. LEGALIDADE. RECOMENDAÇÕES. PUBLICIDADE. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE MACHADENSE.**

**Autor:** Poder Executivo de Álvares Machado

**Solicitante:** Diretoria Legislativa

### 1. RELATÓRIO

Serve o presente parecer para analisar a legalidade do **Projeto de Lei n.º 11/2024**, de autoria do Poder Executivo, **que dispõe sobre a aprovação e a instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância no Município de Álvares Machado**. O plano tem como objetivo estabelecer diretrizes e metas para o atendimento integral às crianças na primeira infância, em consonância com legislações federais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n.º 8.069/1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016).

É o relatório.

### 2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

#### 2.1 Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

A **Constituição Federal de 1988**, em seu artigo 30, inciso II, confere competência aos Municípios para **legislar sobre assuntos de interesse local**. O Plano Municipal pela Primeira Infância, ao definir diretrizes e metas específicas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos no âmbito do município de Álvares Machado, caracteriza-se como matéria de interesse local.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

De igual modo, a **Lei Orgânica do Município**, em seu art. 12, dispõe que **compete ao município**, no exercício de sua autonomia de **legislar sobre interesse local**.

Quanto à **iniciativa**, cabe observar as normas previstas na **Constituição Bandeirante**, já que, em caso de eventual controle de constitucionalidade, o parâmetro para a análise da conformidade vertical se dá em relação ao disposto na Constituição Paulista<sup>1</sup>, conforme preveem o artigo 125, § 2º, da CF/88 e o artigo 74, VI, da CE/SP. Sendo assim, preveem os artigos 47 e 24, §2º, ambos da Constituição Estadual:

**Artigo 47** - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

**Artigo 24** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§2º - Compete, exclusivamente**, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

**1** - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

**2** - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX (grifo nosso).

Logo, por se tratar de um plano de ação voltado à primeira infância e que envolve a organização e estruturação de políticas públicas municipais, entendemos, salvo melhor juízo, que o **Projeto de Lei n.º 11/2024** refere-se a uma matéria administrativa, cuja iniciativa legislativa é de **competência exclusiva do Poder Executivo**.

No que se refere à **espécie normativa** do projeto apresentado, classificado como **lei ordinária**, não há impedimento, uma vez que a matéria abordada não está reservada à lei complementar, por não constar no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal, tampouco em outro dispositivo específico que imponha essa exigência.

<sup>1</sup> Apenas excepcionalmente o parâmetro da constitucionalidade será a Constituição Federal, desde que se trate de normas constitucionais de reprodução obrigatória (STF, RE nº 650.898/SP).



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvareshmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvareshmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

Portanto, nada a rechaçar quanto à **competência** do Município, à **iniciativa** por parte do Poder Executivo e à **espécie normativa** do **Projeto de Lei Ordinária n. 11/2024**.

### 2.2 Análise de Legalidade do Conteúdo Normativo

Trata-se de projeto de lei que **dispõe sobre a aprovação e a instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância no Município de Álvares Machado**. O plano tem como objetivo estabelecer diretrizes e metas para o atendimento integral às crianças na primeira infância, em consonância com legislações federais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n.º 8.069/1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016).

O projeto de lei é composto pelos seguintes artigos:

**Artigo 1º:** Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado, nos termos do Anexo Único do projeto de lei. O plano é elaborado em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos das Leis Federais n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e n.º 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), bem como do Plano Nacional pela Primeira Infância.

**Artigo 2º:** Estabelece que o Plano Municipal pela Primeira Infância terá vigência até 2034 e segue metas estratégicas, que incluem:

- Garantir a articulação intersetorial dos programas e projetos para o atendimento integral na primeira infância.
- Assegurar a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.
- Garantir a proteção e as condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.
- Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição de gestantes e crianças na primeira infância.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

**Artigo 3º:** Define que as ações constantes do Plano Municipal pela Primeira Infância ficam incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) como ações transversais aos objetivos, metas e programas do PPA.

**Artigo 4º:** trata sobre a vigência da norma a partir da sua publicação.

O **anexo único** mencionado no art. 1º do projeto de lei detalha o Plano Municipal pela Primeira Infância, abrangendo, em suma, os seguintes itens:

### 1. Apresentação

A apresentação do anexo destaca a importância do Plano Municipal pela Primeira Infância como um compromisso do município com o desenvolvimento integral das crianças em sua fase mais crucial. O documento menciona que o plano foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), e pelos objetivos do Plano Nacional pela Primeira Infância. A apresentação ressalta a necessidade de uma abordagem intersetorial, integrando políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura e outras áreas essenciais.

### 2. Introdução e Justificativas

A justificativa do plano enfatiza a relevância do investimento na primeira infância como um fator determinante para o desenvolvimento humano e social. Argumenta-se que políticas públicas voltadas para essa fase da vida têm um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados e conscientes. A seção cita dados específicos do município de Álvares Machado, como o número de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e os desafios enfrentados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

### 3. Princípios e Diretrizes

O plano estabelece uma série de **princípios** e **diretrizes** que orientam as ações e metas propostas. Os princípios fundamentais citados são:

1. A criança como indivíduo único e sujeito de direitos;
2. Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica;
3. Reconhecimento da criança como um ser integral;
4. Inclusão de todas as crianças em todas as circunstâncias;
5. Indicadores do Município de Álvares Machado e a Primeira Infância
6. Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança;
7. Articulação das ações;
8. Sinergia das ações;
9. Prioridade absoluta dos direitos da primeira infância;
10. Garantia da prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis;
11. Garantia de atenção da família, da sociedade e do Estado.

Quanto às **diretrizes**, o documento aborda as **políticas** e as **técnicas**.

### 4. Diagnóstico da Primeira Infância em Álvares Machado

O diagnóstico presente no anexo oferece uma visão geral sobre a situação da primeira infância no município. Ele apresenta dados coletados através de estudos locais e informações fornecidas por entidades. A seção se baseia em uma análise mais geral da condição das crianças de 0 a 6 anos e da necessidade de políticas públicas intersetoriais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

- **Educação Infantil:** Estatísticas sobre o número de crianças matriculadas em creches e pré-escolas, taxa de cobertura e lista de espera. O diagnóstico ressalta a necessidade de ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do atendimento educacional, especialmente para as crianças de 0 a 3 anos.
- **Saúde e Nutrição Infantil:** Informações sobre a cobertura vacinal, acompanhamento de crescimento e desenvolvimento, prevalência de doenças comuns na primeira infância, e programas de incentivo à amamentação e alimentação saudável. Observa-se a necessidade de ações de prevenção e promoção da saúde.
- **Vulnerabilidade Social:** Dados sobre a quantidade de crianças em situação de vulnerabilidade social, incluindo aquelas pertencentes a famílias de baixa renda ou em situação de risco. O diagnóstico sugere políticas de assistência social focadas na redução da desigualdade e na proteção integral das crianças.

### 5. Deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

O plano foi aprovado pelo CMDCA de Álvares Machado por meio da Deliberação n.º 002/2024, que assegura a participação e o monitoramento da implementação do plano, com avaliações periódicas a cada dois anos. Este órgão reforça que as políticas públicas devem ser constantemente ajustadas para atender à realidade local, envolvendo as famílias e a comunidade.

### 6. Eixos Temáticos

O plano está estruturado em cinco eixos temáticos principais:

1. **Intersetorialidade:** Busca a articulação das diversas políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, entre outras) para um atendimento integral e coordenado das crianças na primeira infância.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

2. **Educação:** apresenta dados quantitativos das escolas municipais de pré-escola e creches do município de Álvares Machado - SP que servem de norte para as propostas de ação do Plano Municipal da Primeira Infância.

3. **Assistência Social:** Define ações de proteção social básica e especial, com foco no fortalecimento da função protetiva das famílias e na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, pautam-se na garantia dos direitos sociais das crianças e dos demais membros que integram as famílias, reconhecendo a condição peculiar de dependência da criança e as singularidades, inclusive quanto aos aspectos que possam interferir nas dinâmicas familiares nas demandas de cuidado.

4. **Saúde:** Estabelece metas para a promoção da saúde integral de gestantes e crianças, incluindo atenção pré-natal, aleitamento materno, vacinação, nutrição adequada e cuidados durante o parto.

5. **Criança, o Brincar e o Espaço Urbano:** Promove a valorização do brincar como um direito fundamental da criança e a criação de espaços urbanos que favoreçam o desenvolvimento infantil saudável.

### 7. Governança

O plano estabelece um sistema de governança para a sua implementação e monitoramento, com a participação de diversos órgãos municipais, conselhos, sociedade civil e outras entidades envolvidas na defesa dos direitos das crianças. A governança se baseia na transparência, na prestação de contas e na participação social, fundamentais para o acompanhamento das ações propostas.

Pois bem.

Salvo melhor juízo, o projeto de lei está em conformidade com o ECA (Lei Federal 8.069/90), especialmente o artigo 4º, que estabelece o princípio da prioridade absoluta no atendimento aos direitos da criança, e o artigo 88, que incentiva a criação e manutenção de programas específicos como política de atendimento dos direitos das crianças.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

Vale lembrar que o art. 227 da Constituição Federal prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e adolescentes, o que é reiterado na formulação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

O Projeto de Lei n.º 11/2024 segue as diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal 13.257/2016), que estabelece políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, reforçando a necessidade de uma abordagem intersetorial que abranja saúde, educação, assistência social, entre outras áreas.

A proposta de inclusão das metas e ações do Plano Municipal pela Primeira Infância no Plano Plurianual (PPA) reflete o princípio da prioridade absoluta e da transversalidade das políticas públicas, como estipulado no Marco Legal da Primeira Infância. Nesse sentido, destaca-se que o art. 3º da Lei Federal 13.257/16 dispõe que a prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendem às especificidades dessa faixa etária, visando a garantia de seu desenvolvimento integral.

Outrossim, o Plano da Primeira Infância apresentado no projeto de lei ordinária 11/2024 traz dados, metas, diretrizes e princípios voltados à realidade do Município de Álvares Machado, realçando o interesse local na proposição.

Sendo assim, salvo melhor juízo, não se vislumbra impedimento legal com relação ao conteúdo do projeto em análise, devendo o mérito ser apreciado em plenário pelos nobres vereadores.

Portanto, nada a rechaçar quanto ao **conteúdo normativo** do **projeto de lei ordinária n. 11/2024**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

### 3. DA AMPLA PUBLICIDADE

É essencial que o Plano Municipal pela Primeira Infância seja amplamente divulgado, garantindo-se sua criação e estruturação com a participação da comunidade machadense.

Para isso, recomenda-se a realização de audiência pública e outros mecanismos que assegurem a coleta de opiniões e sugestões acerca das metas definidas.

### 4. DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Tratando-se de Projeto de Lei ordinária, apenas será aprovado se obtiver maioria simples dos votos dos membros da Câmara.

### 5. DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA MANIFESTAÇÃO

Considerando que o Projeto de Lei em questão versa sobre proposições referentes à **assistência social**, ao **bem-estar e atendimento integral das crianças do município**, entendemos que é obrigatório que a **Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social** emita parecer sobre o projeto, conforme preceitua o art. 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Álvares Machado.

Por fim, a **Comissão Permanente de Justiça e Redação** deverá manifestar-se de igual modo, visto que obrigatório quanto aos aspectos constitucionais, legais ou jurídicos, gramaticais e lógicos, nos termos do art. 27 do Regimento Interno.

### 6. CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise do conteúdo e formalidade do projeto de Lei Ordinária nº 11/2024 de autoria do Poder Executivo de Álvares Machado, esta procuradoria opina pela sua legalidade, concluindo:



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

- a) Pela **competência do Município** para tratar sobre a matéria, bem como pela **iniciativa do Poder Executivo** para propô-la, nos termos do art. 30, inciso II, da CF/88, art. 12, da Lei Orgânica Municipal, arts. 47 e 24, §2º, da Constituição Bandeirante;
- b) Quanto à **espécie normativa, lei ordinária**, não há impedimento, uma vez que a matéria abordada não está reservada à lei complementar, por não constar no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal, tampouco em outro dispositivo específico que imponha essa exigência;
- c) Pelo quórum de **maioria simples** dos votos dos membros da Câmara para aprovação do projeto;
- d) Pela **recomendação às Comissões Permanentes de Justiça e Redação e a de Educação, Saúde e Assistência Social** para que elaborem seus respectivos pareceres, nos termos do art. 27 e 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal;
- e) Pela **recomendação de realização de audiência pública e outros mecanismos** que assegurem a coleta de opiniões e sugestões acerca das metas definidas no Plano Municipal da Primeira Infância, garantindo-se sua criação e estruturação com a participação da comunidade machadense.

Ressalta-se, todavia, que não cabe a este procurador prestar juízo de valor quanto às questões de mérito que possam pairar sobre o conteúdo do aludido projeto, as quais devem perpassar pela análise dos Nobres Vereadores desta Casa Legislativa, os quais poderão propor emendas que entenderem necessárias para melhor cumprimento político de seus mandatos, bem como possuem liberdade para aprovar ou não o presente projeto de lei da forma como apresentado pelo seu autor, prestando este parecer apenas para apresentar considerações jurídicas a respeito da competência



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

municipal, da iniciativa de proposição, da espécie normativa e do conteúdo normativo do projeto em análise.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos **protestos de elevada estima e distinta consideração.**

Respeitosamente,

**DIOGO RAMOS  
CERBELERA NETO**

Assinado de forma digital por  
DIOGO RAMOS CERBELERA NETO  
Dados: 2024.09.03 09:41:54  
-03'00'

**DIOGO RAMOS CERBELERA NETO**  
Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Álvares Machado



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

*Poder Legislativo*

[www.alvaresmachado.sp.leg.br](http://www.alvaresmachado.sp.leg.br)  
[camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, (18) 3273-1331  
19160-049 – Álvares Machado-SP

**PAUTA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
Para **12 de setembro de 2024 (quinta-feira), às 7h45**

Reunião conjunta das Comissões de Justiça e Redação (CJR), de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS), e de Obras e Serviços Públicos (COSP) – a partir das 7h45 de 12/09/2024 (quinta-feira):

**CJR e CESAS:**

– Análise do **Projeto de Lei do Executivo 11/2024.**

Autor: prefeito Roger Fernandes Gasques (PP).

Ementa: Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado.

\*\*\* **Ler documentação completa.**

**CJR, COSP e CESAS:**

– Análise do **Projeto de Lei Ordinária 27/2024.**

Autora: vereadora Estela do Escritório (PP).

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde municipal de Álvares Machado.

\*\*\* **Ler documentação completa.**

---

**Em atenção à pauta supracitada, ficam convocados os respectivos vereadores:**  
**Cláudio Salomão, Dema, João Sanchez, Joel Nunes, Lê do Projeto, Pedrinho do Coral e Zé Carteiro.**

**Atenciosamente, A Presidência.**

Câmara Municipal de Álvares Machado, 11 de setembro de 2024.



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

*Poder Legislativo*

[www.alvaresmachado.sp.leg.br](http://www.alvaresmachado.sp.leg.br)  
[camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)  
Rua Monsenhor Nakamura, 783  
19.160-049 – Álvares Machado-SP  
(18) 3273-1331

### ATA E PARECER DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ao 12º dia do mês de setembro de 2024, às 8 (oito) horas e 16 (dezesseis) minutos, Horário de Brasília, presencialmente na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Álvares Machado, foi iniciada a Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação (CJR), de Obras e Serviços Públicos (COSP), e de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS). Estiveram presentes os respectivos vereadores: João Ramirez Sanchez (presidente da COSP), Joel Nunes de Almeida (presidente da CESAS), Lenice Messias dos Santos (membro da CJR), Pedro da Silva Oliveira (membro da COSP) e José Aparecido Ramos (relator da CJR e membro da CESAS). Estiveram ausentes os vereadores: Claudio de Melo Salomão (presidente da CJR) e Valdemar Lourenço da Silva (relator da COSP). Os dois membros da CESAS presentes analisaram o Projeto de Lei do Executivo 11/2024 (Autor: prefeito Roger Fernandes Gasques/PP; Ementa: Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado). Os dois membros presentes (exceto Lê do Projeto, relatora da CESAS, que chegou às 8h38, quando esse projeto já havia sido analisado) decidiram que farão uma leitura mais aprofundada do respectivo projeto e voltarão a se reunir em 24 de setembro, uma terça-feira, a partir das 8h. Em seguida, os três membros da CESAS, os dois membros presentes da CJR e os dois membros presentes da COSP analisaram o Projeto de Lei Ordinária 27/2024 (Autora: vereadora Estela do Escritório/PP; Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde municipal de Álvares Machado). As três comissões acataram o Parecer Jurídico da Procuradoria Legislativa, que é favorável à tramitação. Tomada esta decisão, o respectivo projeto está apto a ir para discussão e votação em Plenário. Por fim, os dois membros da CJR presentes analisaram o Projeto de Lei do Executivo 11/2024 e, em concordância com a decisão da CESAS, decidiram que farão uma leitura mais aprofundada do respectivo projeto e voltarão a se reunir em 24 de setembro, uma terça-feira, a partir das 8h. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 8 (oito) horas e 58 (cinquenta e oito) minutos, Horário de Brasília, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada abaixo.

Álvares Machado, 12 de setembro de 2024.

## AUSENTE

**Cláudio de Melo Salomão (PP)**  
Presidente da CJR

**João Eduardo Ramirez Sanchez (PRB)**  
Presidente da COSP

**Joel Nunes (UB)**  
Presidente da CESAS

**José Aparecido Ramos (PT)**  
Relator da CJR e membro da CESAS

**Lenice Messias dos Santos (PSDB)**  
Membro da CJR e relatora da CESAS

**Pedro da Silva Oliveira (PSD)**  
Membro da COSP

**Valdemar Lourenço da Silva (PSDB)**  
Relator da COSP

## AUSENTE



Câmara Municipal de  
**Álvares Machado**

*Poder Legislativo*

[www.alvaresmachado.sp.leg.br](http://www.alvaresmachado.sp.leg.br)  
[camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)  
Rua Monsenhor Nakamura, 783  
19.160-049 – Álvares Machado-SP  
(18) 3273-1331

### ADENDO À ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES

O vereador Valdemar Lourenço da Silva (relator da COSP), que chegou à Câmara Municipal da Álvares Machado após a ata ter sido lavrada, pediu para constar nesta ata a justificativa de ausência: relatou que atrasou devido a um imprevisto – estava no sítio, quando um animal caiu em um buraco e o parlamentar precisou fazer o socorro.

Álvares Machado, 12 de setembro de 2024.

AUSENTE

AUSENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 – SP

*Poder Legislativo*

## PARECER – COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 48/2024

**Exposição:** Na presente data, a Comissão de Justiça e Redação (CJR) da Câmara Municipal de Álvares Machado analisou o Projeto de Lei do Executivo 11/2024, de autoria do prefeito Roger Fernandes Gasques (PP), com a seguinte ementa: Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado.

**Decisão da comissão:** De forma unânime, os membros da CJR decidiram que farão uma leitura mais aprofundada do respectivo projeto e voltarão a se reunir em 24 de setembro, uma terça-feira, a partir das 8h.

Álvares Machado, 12 de setembro de 2024.

## AUSENTE

---

**Claudio de Melo Salomão (PP)**

Presidente da CJR

---

**José Aparecido Ramos (PT)**

Relator da CJR

---

**Lenice Messias dos Santos (PSDB)**

Membro da CJR



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 – SP

*Poder Legislativo*

## PARECER – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

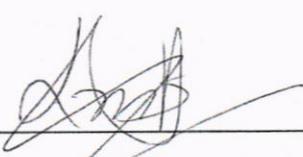
Parecer nº 09/2024

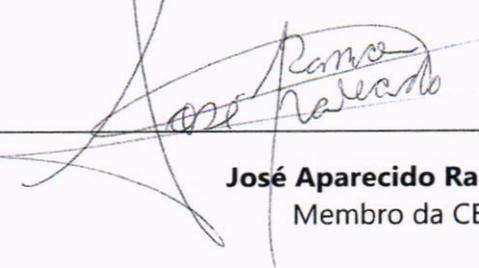
**Exposição:** Na presente data, a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS) da Câmara Municipal de Álvares Machado analisou o Projeto de Lei do Executivo 11/2024, de autoria do prefeito Roger Fernandes Gasques (PP), com a seguinte ementa: Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado.

**Decisão da comissão:** De forma unânime, os membros da CESAS decidiram que farão uma leitura mais aprofundada do respectivo projeto e voltarão a se reunir em 24 de setembro, uma terça-feira, a partir das 8h.

Álvares Machado, 12 de setembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Joel Nunes de Almeida (UB)**  
Presidente da CESAS

  
\_\_\_\_\_  
**Lenice Messias dos Santos Ribeiro (PSDB)**  
Relator da CESAS

  
\_\_\_\_\_  
**José Aparecido Ramos (PT)**  
Membro da CESAS



**Reunião Comissão Plano Municipal da Primeira Infância**

**Lista de Presença – 26/10/2023**

Nº	Nome	Representação	Assinatura
01	Lara Bacca Jansica Casarotto	Educação (18) 997555895	Lara Casarotto
02	Manystela MAXUMI ISHKA ENDO	CME (18) 98150 6287	Manystela Ishka Endo
03	Márcia Helena Dantas Yeronimo	Conselho Tutelar	Márcia
04	Flávia F. Catucci marcondes	Saúde (18) 98131-0272	Flávia
05	Raíza Silva dos Anjos	Educação (18) 99651-5681	Raíza dos Anjos
06	Dislaire Pinotti Zanoni	CMA S (18) 99716-9069	Dislaire Pinotti
07	Aponecida Catucci Pereira	DECEL (18) 98132-7602	Aponecida
08	Guia Carla Gomes Gouveia	CMDCA 997464706	Guia
09	Keamilla Cristina Janches Alves	OPAS 99775-3140	Keamilla Janches
10	Stefany Natalia Da Silva	CREAS	Stefany
11	Paulo Cesar Mermi Cavellini	DECEL 18 98809 2960.	Paulo Cesar



Governo de  
**Álvares Machado**  
Divisão de Educação, Cultura,  
Esporte e Lazer

educacaodecel@gmail.com  
(18)3273-5848/5854/5850  
Rua Vicente Dias Garcia, 222, Centro  
19160.000 - Álvares Machado, SP

12	Livia (coordenadora) Situla	CREAS - 99636-9500	
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			



## Reunião da Comissão Plano Municipal da Primeira Infância

### Levantamento de Dados para Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância

#### Lista de Presença – 11/12/2023

Nº	Nome	Representação	Assinatura
01	Raiza Silva dos Anjos	Educação	Raiza S. dos Anjos
02	Maria Bernardete F. Trindade	Pastoral da Criança	Trindade
03	Sueli Ap. Louares Higashibara	Educação	Sueli
04	Lara Boca Fonseca Caronetto	Decel	Lara Caronetto
05	Paulo Cesar M. Cervellini	Decel	Paulo
06	Rosaugela C. Xavier Alves	CREAS	Rosaugela C. Alves
07	Stifany Silva	CREAS	Stifany
08	Quira Carla Gomes Gouvêa	CMAS	Quira
09	Aparecida Leticia Pereira	DECEL	Aparecida
10	Claudine Souza	Conselho Tutelar	Claudine



11	Luiz Antonio Miguel Teixeira	Advogado	
12	Luciana dos Santos J. Souza	Saúde	
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

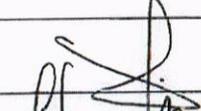
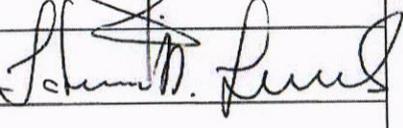


**Reunião Comissão Plano Municipal da Primeira Infância**  
**Lista de Presença – 07/02/2024**

Nº	NOME	E-MAIL / TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
	Raiza V. dos Anjos	(18) 99651-5681	Educação	Raiza V. dos Anjos
	Roseline Souza Monteiros	assistencia@almachado.sp.gov.br 18 996185130	Auxílio Social	
	Vanusa Bellão Pereira Antônio	vanusabellao@hotmail.com (18) 996386056	Assistência Social	
	Luizângela Custina Sanchez Alves	cleara.machado@gmail.com (3273-2352)	Assistência Social	Luizângela C. S. Alves
	Cláudia Ap. J. de Almeida Guilherme	cleara.machado@gmail.com 3273-2352	Assistência Social	Cláudia J. Almeida Guilherme
	Luciene Vieira dos Santos	(67) 999372313	Saúde	Luciene Vieira dos Santos
	Geisamara dos Santos Vieira	(18) 997253901	Saúde	
	Aparecida Cateraci Pereira	(18) 98132-7602	Decel	
	Maryskela M. I. Endo	(18) 981506287	Conselho Educação	
	Luiz Antonio Miguel Furios	18.997724744	Assistência	
	Lara B. J. Caranotto	(18) 997555895	Decel	
	Valdirene G. Corvalho	(18) 9966-01867	Decel	



**Reunião Comissão Plano Municipal da Primeira Infância**  
**Lista de Presença – 07/02/2024**

Nº	NOME	E-MAIL / TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
	Caroline Pazini Sanches	(18) 99178-8050	Conselho Tutelar	
	Jathiana Rodero Fernandes	18 - 99682-4835	Coord. Ed. Especial	



## Protocolo 140/2024



Código: 287.617.247.653.145.982

De: **Gabinete \_Prefeitura\_MUNICÍPIO DE ALVARES MACHADO**

([gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br](mailto:gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br)) Despacho: **1- 140/2024**

Assunto: **Projeto de Lei Ordinária**

Álvares Machado/SP, 11 de Outubro de 2024

Para:

Gabinete \_Prefeitura\_MUNICÍPIO DE ALVARES MACHADO

[gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br](mailto:gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br)

Praça da Bandeira, . . 19160-000 /

- Álvares Machado, SP

Bom dia

Segue as informações das reuniões com o Plano Municipal pela Primeira Infância.

At.te

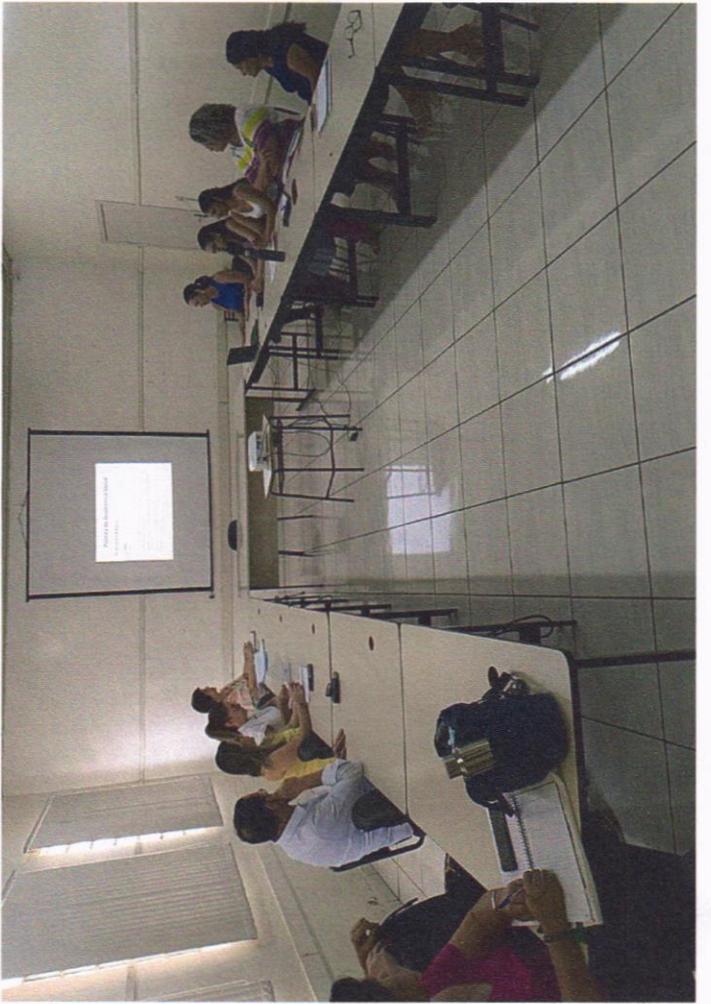
Tânia Negri

Câmara Municipal de Álvares Machado - Rua Monsenhor Nakamura, nº 783 Álvares Machado - SP CEP: 19160-049

Impresso em 11/10/2024 12:29:16 por Rosimery Missuzu Fukui - Escriturária









# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

(18) 3273-9300 | PRAÇA DA BANDEIRA S/N | ÁLVARES MACHADO-SP | CEP 19160-000  
CNPJ: 43.206.424/0001-10 | CRIADO PELA LEI Nº 2.990/2018

ANO VII

EDIÇÃO Nº 1.146

Quinta-feira, 10 de Outubro de 2024

Errata

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

CONVITE

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO convida toda a população Machadense para a Audiência Pública que será realizada no próximo dia 15 de outubro de 2024, às 20h30, no Plenário Vereador Sebastião Antônio Pereira. O tema a ser discutido será o Plano da Primeira Infância do Município de Álvares Machado, referente ao Projeto de Lei do Executivo nº 11 de 2024.

Disponível em <https://sapl.alvaresmachado.sp.leg.br/materia/10675>

A participação de todos é essencial para que possamos debater e garantir as melhores condições para nossas crianças e futuras gerações. Participe e colabore com o futuro de nossa cidade!

Câmara Municipal, em 9 de outubro de **2024**.

PRESIDENTE

Errata

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

CONVITE

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO convida toda a população Machadense para participar da Audiência Pública que será realizada no próximo dia 22 de outubro de 2024, às 20h30, no Plenário Vereador Sebastião Antônio Pereira. O tema a ser discutido será Orçamento para o exercício de 2025, referente ao Projeto de Lei n. 12/2024.

Disponível em <https://sapl.alvaresmachado.sp.leg.br/materia/10717>

Haverá transmissão ao vivo pelo Facebook oficial da Câmara, possibilitando a participação de toda a comunidade de maneira virtual. Participe e contribua para o desenvolvimento da nossa cidade!

Câmara Municipal, em 9 de outubro **de 2024**.

PRESIDENTE



4 Diário Oficial Assinado com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Álvares Machado garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado: [www.alvaresmachado.sp.gov.br/diariooficial](http://www.alvaresmachado.sp.gov.br/diariooficial)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

## ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024 (4º ANO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA)

**Tipo de Sessão:** Ordinária; Abertura: 08/10/2024 – 19h07; Encerramento: 20h38. **Lista de Presença na Sessão:** Cláudio Salomão (PP); Dema (PSDB); Estela do Escritório (PP); João Sanchez (PRB); Joel Nunes (UB); Lê do Projeto (PSDB); Marquinho Bozó (PRD); Pedrinho do Coral (PSD); Zé Carteiro (PT). **ABERTURA DA SESSÃO:** A Presidente declarou aberta a 31ª Sessão Ordinária do 4º ano Legislativo da 18ª Legislatura da Câmara de Álvares Machado. Solicitou a todos os presentes que se posicionassem adequadamente para execução dos Hinos Nacional e Municipal. **Leitura e Votação da Ata da Sessão anterior:** Aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Ordem Regimental, art. 75 do RI. **Expediente do Poder Executivo:** Leitura dos Ofícios Pref. Munic. 208 e 209/24. Em atenção aos requerimentos da 27ª e 29ª Sessão Ordinária sendo devidamente publicado no SAPL, ficando disponível para os solicitantes correspondentes. **Expediente de Terceiros:** Leitura da carta resposta nº 3811/2024 -DESC-ESS. da Energisa e encaminhado à secretaria administrativa. **Expediente da Câmara:** Leitura das indicações de nº 120 a 122 de 2024 e encaminhada a quem de direito, independentemente de deliberação (art. 111, RI). Deliberação do requerimento de nº 206/2024, autoria: Pedrinho do Coral, resultado: aprovado por unanimidade e encaminhado às providências necessárias. **USO DA PALAVRA:** Orador 1: Pedrinho do Coral, com início às 19h29 e término às 19h32. **COMUNICADOS DA CÂMARA:** A Presidente convidou a todos para Audiência Pública a ocorrer no dia 15 de outubro de 2024, às 20h, na Câmara Municipal, para abordar o tema: Plano da Primeira Infância do Município de Álvares Machado, referente ao Projeto de Lei do Executivo nº 11 de 2024; e na data de 22 de outubro de 2024, às 20h30 para Audiência Pública a tratar do Projeto de Lei do Executivo nº 12/2024, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2025. Fora declarada o encerramento do expediente e dado prosseguimento aos demais tópicos. **ORDEM DO DIA:** Não houve. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** Conforme livro próprio, a Presidente concedeu a palavra aos vereadores inscritos para explicações pessoais: **1** – Pedrinho do Coral/PSD – 19h40 – 19h46, **2** – Lê do Projeto/PSDB – 19h46 – 20h01, **3** – Joel Nunes/UB – 20h01 – 20h02, **4** – João Sanchez/PRB – 20h02 – 20h03, **5** – Zé Carteiro/PT – 20h03 – 20h23, **6** – Dema/PSDB – 20h24 – 20h25, **7** – Cláudio Salomão/PP – 20h25 – 20h32, **8** – Marquinho Bozó/PRD – 20h32 – 20h33, **9** – Estela do Escritório/PP – 20h33 – 20h34. Nada mais havendo a tratar, em nome de Deus, a Presidente agradeceu a presença de todos, fez a leitura da mensagem bíblica do dia, comunicou que a **Próxima Sessão Ordinária, a 32ª de 2024, será no dia 15/10/2024, às 19h**, e declarou encerrada a presente sessão às 20h38, lavrando-se esta ata que, se aprovada, será assinada pelos membros da Mesa.

MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN (PP)

**PRESIDENTE**

CLÁUDIO DE MELO SALOMÃO (PP)

**1º SECRETÁRIO**

JOÃO EDUARDO RAMIREZ SANCHEZ (PRB)

**2º SECRETÁRIO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO 11 DE 2024 (Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado)

(4º ANO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA)

**Tipo de Sessão:** Audiência Pública; Abertura: 17/10/2024 – 20h30; Encerramento: 22h42. **Lista de Presença na Sessão:** Conforme lista anexada. **ABERTURA DA SESSÃO:** A Presidente da Câmara, Estela, declarou aberta a audiência pública prestando saudações a todos os presentes e aos internautas que acompanhavam a transmissão pelas redes sociais, apresentou os integrantes das Comissões Permanentes que constituíam a mesa, e que convocaram a presente audiência, sendo da Comissão de Justiça e Redação (CJR) juntamente com a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS), com o objetivo de discutir e informar à população machadense sobre o Projeto de Lei do Executivo de nº 11 de 2024, que institui o Plano Municipal para a Primeira Infância de Álvares Machado, de autoria do Prefeito. Cientificaram-se os presentes e espectadores das redes sociais de que o projeto dispõe sobre o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos com ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação e assistência social, estabelecendo metas até 2034, com base em diagnóstico local, assegurando a participação da sociedade civil e o monitoramento contínuo da ação de execução das políticas públicas. A Presidente, após apresentação sobre o assunto, passou a palavra para a condução dos trabalhos ao Sr. Presidente da CRJ, Cláudio Salomão. Este, após os devidos cumprimentos, convidou o Procurador Jurídico Legislativo para compor a mesa e apresentar seu parecer e considerações sobre o projeto. (Min. 12:51 a 15:24)

O Procurador Jurídico Legislativo, Diogo Cerbelera Neto, informou que o parecer jurídico a respeito do processo legislativo está disponível para leitura e consulta na plataforma do SAPL (sendo o sistema de apoio legislativo da Câmara Municipal), e que o mesmo parecer foi concluído pela legalidade do processo não encontrando nenhuma ilegalidade no que tange aos aspectos exclusivamente jurídicos. Quanto ao conteúdo do projeto, o mérito não é de alçada jurídica, a procuradoria não pode adentrar. O único apontamento feito, como "mera recomendação", fora a propositura da presente audiência pública como possibilidade do município concretizar com a população o conceito de democracia participativa, sendo uma oportunidade de debater, sugerir, criticar, e, inclusive, propor novas ideias para que a partir de algum parlamentar, possa surgir alguma emenda, ou caso ultrapasse a competência da Câmara, possa ser registrado e encaminhado como sugestão ao Poder Executivo, e assim, exista a possibilidade de emendar ou compor proposições futuras. O Procurador Legislativo esclareceu a sua intenção deixando claro que a audiência pública trata de uma oportunidade dos cidadãos participarem da vida pública e contribuírem com as políticas públicas municipais, assim como pela sua importância. (Min. 15:43 a 18:20)

Esclarecimentos dados, o Presidente da CRJ convidou para compor a mesa a Diretora de Educação, Valdirene G. Carvalho, a Psicóloga da DECEL (Divisão de Educação, Cultura, Esportes e Lazer), Dra. Lara B. F. Casarotto e o Advogado Dr. Luiz Antônio Miguel Ferreira. Após, o Vereador Presidente da CESAS, realizou a leitura do Projeto de Lei 11 de 2024. (Min. 18:20 a 22:09)

Em sequência, o Vereador Cláudio Salomão concedeu a palavra à Diretora de Educação Valdirene, complementando que o plano fora construído em parceria com os setores de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, classificando como uma conquista de um trabalho em



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

conjunto, através de uma comissão formada, tendo como alguns dos integrantes a Dra. Lara (presente à mesa), a Integrante do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente): Vanessa, Maristela, pais de alunos e o Advogado, Dr. Luiz Ferreira, que auxiliou como assessor técnico. Na sequência, a Diretora de Educação disponibilizou-se a ouvir os cidadãos e caso houvesse sugestões, que estaria disposta a entendê-las. A Dra. Lara, por sua vez, não fez o uso da palavra no momento e passou as considerações ao Dr. Luiz Ferreira, que elogiou a atitude pelo envio do projeto municipal ao Legislativo mesmo sem a obrigatória necessidade de sua consulta, mostrando o comprometimento dos vereadores com relação à primeira infância; fazendo um breve comentário de que o Plano Nacional de Primeira Infância fora decretado pelo Presidente da República sem a consulta do Poder Legislativo Federal (sendo na ocasião aprovado apenas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA). Acrescentou ainda, o DR. Luiz, que dá assessoria a vários municípios e que foi a primeira vez que um município realiza audiência pública para um "plano", e que a democracia participativa é "fantástica", mas não se pode deixar de dizer que na construção do plano já houvera a participação da comunidade. Destacou ainda, o Dr. Luiz que: "o plano é para as crianças", dizendo que o Marco Legal da Primeira Infância fala que para a construção da infância, a criança tem que ser ouvida e afirma que a criança, em Álvares Machado, foi ouvida (em audiências, reuniões, desenhos, etc.). (Min. 22:17 a 32:07)

**DISCUSSÃO:** Em continuidade, o Presidente do CRJ abriu espaço para sugestões e comentários dos parlamentares; iniciando-se pelo questionamento da Sra. Presidente da Câmara, Estela do Escritório, a respeito da divergência de dados do senso referente ao ano de 2022, em que inicialmente constata-se 2441 crianças, mas posteriormente em outro item (6.4 no §5º) do mesmo projeto, em mesmo período, consta como 3338 crianças. Em resposta, a Sra. Valdirene, relata que o Dr. Adriano obteve esses índices no link que consta como fonte no projeto, e, após, provavelmente a Saúde possa ter divulgado índices atualizados, e que somente a Saúde poderia responder por essa divergência, não havendo no momento da audiência nenhum representante para o esclarecimento. (Min. 32:07 a 34:08)

A segunda questão apresentada pela Vereadora Estela foi sobre a disponibilização de dados a respeito de vagas nas creches – relatando que no Projeto, na creche do Joaquim Alexandre, existem 230 vagas, que para conseguir uma vaga para crianças é difícil, mesmo constando como 188 crianças, afirmando que no plano a quantidade de vagas não é condizente com a demanda real para cada creche. A Diretora de Educação, em resposta, falou que atualmente a demanda de vagas está reprimida, não havendo lista de espera, sendo uma conquista do município, e acrescenta que a lista de espera tem considerável oscilação dos seus índices e o agrupamento é montado de acordo com a necessidade. A Sra. Valdirene ainda diz que a demanda atual é de berçários e conforme a necessidade, a Secretaria realiza as adequações. Finalizando a questão, a Vereadora acrescentou a sugestão para fazer uma lei de transparência, atualizada mensalmente. (Min. 34:08 a 36:57)

Ato contínuo, o Vereador Joel Nunes, elogia um dos parágrafos que dispõe sobre a parceria com o Corpo de Bombeiros, e sugeriu a implantação de cursos de primeiros socorros às crianças e funcionários de creches e escolas, desde a diretoria até o servidor que possui contato direto com o aluno. Em resposta, a Diretora responde que a solicitação é relevante e que há uma lei ("Lei Lucas") que regulamenta a necessidade do oferecimento da formação de todos os profissionais da educação periodicamente já havendo parceria da Secretaria de Saúde com alunos da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Dando sequência à audiência, o Presidente do CRJ fez a leitura das



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

mensagens de espectadores que assistiam à audiência pela rede social, destacando a sugestão de projetos, cursos de dança, caratê, música, natação, etc. A Diretora informou que o município já possui vários projetos de dança, artes, música e balé (que inclusive foi implantado no ano passado, para a primeira infância, com crianças a partir de três anos de idade). (Min. 36:57 a 45:13)

As contribuições dos participantes passaram a ocorrer com o público presente, sendo a primeira questão demandada por uma mãe, Sra. Cláudia, que expôs a preocupação à Diretora com a alto índice de crianças em creches que se machucam; a mãe relatou que a alegação dos responsáveis é a de que não há funcionários suficientes para cuidar da quantidade de crianças demandadas. A Sra. Valdirene afirmou que os todos agrupamentos atendem à quantidade de profissionais – entre professores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) - necessária conforme a lei, e, que em caso de alguma ocorrência mais grave, a coordenadoria da creche entra em contato com a família para a ciência da ocorrência. (Min. 45:48 a 47:38)

A segunda participante, Sra. Mayara, apresentou-se como membro do grupo de mães atípicas da cidade e questionou se na elaboração do projeto, no momento em que as crianças foram ouvidas, se as crianças com necessidades especiais também foram ouvidas e buscou também uma resposta sobre o quantitativo de profissionais nas escolas para assistir a essas crianças especiais. Em resposta, a Diretora destaca a “meta oito da Educação”, prevista no Projeto, com foco na educação especial. A Psicóloga, Dra. Lara, relatou que há uma meta específica de educação especial, cujo principal objetivo é preparar profissionais. Isso inclui não somente os professores, mas todos que trabalham diretamente com crianças. Outras metas previstas no projeto também acolhem a educação especial. Sobre a assistência à criança especial, o Dr. Luiz mencionou a previsão na parte de Educação sobre a “meta oito”, que visa capacitar profissionais da rede de ensino que trabalham com a primeira infância. Ele destacou que é o objetivo do projeto, melhorar o manejo de situações cotidianas para auxiliar no processo de desenvolvimento das crianças. Ambos os profissionais, Dra. Lara e Dr. Luiz, ratificam que essas são metas a serem atingidas, conforme previsto no projeto. No entanto, atualmente, mães e profissionais de educação afirmam que não há nada efetivamente aplicado. (Min. 47:38 a 56:17)

Sra. Fátima Tamires, terceira participante, identificou-se como professora da rede municipal de ensino, especificamente de uma creche, e também relatou ser mãe de uma criança com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Esta mãe disse que leu todo o projeto e questionou de que maneira o município será cobrado para que as metas sejam efetivamente atendidas, argumentando que não há um levantamento da quantidade real de crianças com deficiência, não somente aquelas atendidas pelo DECEL, pois há crianças matriculadas em escolas particulares. Ela destacou que para pensar em inclusão, é necessário ter consciência desses dados. A Sra. Fátima também discordou do argumento de que mães foram ouvidas, pois ela não foi ouvida, nem como professora e nem como mãe, ela expôs que seu filho ainda não fala direito e está aprendendo a formar frases agora. Mesmo sendo alfabetizado, sabendo ler e escrever pequenas frases, porém, a sua criança tem dificuldades em falar dos seus sentimentos e explicar as situações, o que para a Professora e mãe, mostra ao município a necessidade de tratamento precoce e de contratar profissionais (neurologista, psiquiatra infantil, psicólogos) para essa finalidade. Para esclarecer do questionamento exposto, o Dr. Luiz utilizou-se da Resolução que consta no Plano de Primeira Infância, Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em articulação com os órgãos governamentais do Executivo, Legislativo e Judiciário bem como a Sociedade Civil, procedendo a avaliação periódica a cada dois anos, ele reforçou a ideia de cobrança efetiva e a necessidade de preocupação para



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

que as metas sejam atingidas, serem alteradas e/ou acrescidas. A Dra. Lara e a Dra. Valdirene justificam que representantes dos profissionais envolvidos e pais de alunos, durante a formulação do projeto, foram ouvidos, sendo uma consequência benéfica a criação de um cargo de Coordenador de Educação Especial (implantado no ano corrente) mostrando que dentro da DECEL há um profissional cuidando exclusivamente da Educação Especial dos alunos. A Diretora relatou que a Educação Especial tem se tornado um desafio devido ao aumento da demanda ao longo dos últimos anos (que, por exemplo, em 2018 passou de 28 crianças especiais para 128; atualmente implantadas quatro salas de recursos que antes eram três; e atualmente implantando mais uma dessas salas de recursos). Para esclarecimento sobre a situação apresentada até o momento, o Procurador Legislativo aproveitou para complementar e destacar que uma das funções principais da Câmara é acompanhar as políticas públicas e realizar o seu monitoramento, sendo a audiência pública uma dessas vias, justificando a audiência ocorrida como parte desse processo de monitoramento; acrescentou também que há cobrança do Tribunal de Contas para que haja melhoras na capacidade de acompanhamento e execução de políticas públicas no município, e esclareceu que nesse sentido a Câmara já começou a se movimentar para a partir do ano de 2025, realizar pelo menos duas audiências públicas ouvindo a população sobre políticas públicas e convidando representantes do Poder Executivo, sendo de extrema importância deixar a casa aberta à população para entendimento de suas necessidades. (Min. 56:17 a 1:14:03)

O quarto participante, Sr. Emerson Policate, questionou se há previsão no Plano relacionado às mães atípicas, no tópico de Saúde, além das crianças, defendendo que isso seria importante. Ele também levantou várias outras questões, como o direcionamento de uma creche para escola localizada em Coronel Goulart, perguntando se isso é um fato ou mito. Por fim, o Sr. Emerson solicitou informações sobre como serão as formações previstas no Projeto, tanto a curto quanto a longo prazo, definidas pela "meta três". A Diretora respondeu que, com relação à creche, atualmente funciona como uma escola (EMEIF Vereador José Molina), tendo sido unificada. O setor de creche opera separadamente da escola, mas a previsão é que, em 2025, ambos funcionarão no mesmo local, de maneira independente (refeitório, intervalos, banheiros, etc.) e em espaços separados, após a construção e ampliação da referida escola. Relacionado à questão de mães atípicas, a Dra. Lara relatou que já existe um grupo completamente organizado por elas, sendo uma força muito importante no município. Ela destacou a importância de que essas mães entendam os espaços que devem ocupar para fazerem suas reivindicações, principalmente nos conselhos de assistência à criança, saúde e outros. Esses espaços são abertos ao público e devem ter reuniões e representações de mães atípicas. Os Conselhos serão responsáveis pelo monitoramento e fiscalização. Relacionado à questão de formação dos profissionais, a Sra. Valdirene respondeu que ocorre durante todo o ano. Estão realizando levantamento dos professores na rede municipal, como forma de ouvir sugestões e identificar assuntos de interesse para esses profissionais. Além disso, estarão organizando a formação do resto das equipes com maior atenção à primeira infância, que é a base do Projeto. E durante as HTPCs (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) também há cursos de formação. (Min. 1:14:09 a 1:22:47)

A audiência, teve prosseguimento com a leitura de mensagens deixadas por espectadores da rede social. Os comentários destacaram a necessidade de profissionais com formação adequada, escolas inclusivas, além de profissionais de saúde especializados como fonoaudiólogos e psicólogos. Outro comentário chamou a atenção para a necessidade de transportes especializados. A Diretora de Educação complementou que há fonoaudiólogos e psicólogos na clínica Bem-Me-Quer (parceira conveniada do município). Esses atendimentos ocorrem quando o aluno apresenta alguma



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

dificuldade na aprendizagem ou quando o professor percebe e entra em contato com a equipe pedagógica para realizar o chamamento da família e encaminhar a criança para a assistência se houver concordância de seus tutores. A Vereadora Lenice acrescentou que essa situação costuma ser umas das maiores demandas da população que necessita desse tipo de atendimento. Ela destacou que, embora a situação pareça simples ao falar, na prática é o oposto. Apontou que há mães em fila de espera há mais de um ano para serem atendidas, e que é necessário maior atenção nesse ponto para agilizar os atendimentos. (Min. 1:22:55 a 1:23:51)

A quinta participante, Sra. Eliane, trabalha na Creche “Vo Lau”, respeitosamente mostrou-se indignada em relação ao projeto, alegando que gostaria de ter dado sua contribuição, sendo profissional atuante de primeira infância (crianças de 4 meses a quase 4 anos), durante a formulação do projeto assim como seus demais colegas de trabalho que também não tiveram a oportunidade. Ela perguntou aos idealizadores sobre a formação das Agentes de Desenvolvimento Infantil especificamente na questão, por exemplo, para lidar com as crianças de primeira infância. A Sra. Valdirene pensou ter ocorrido essa formação e considerou como uma sugestão para aplicação no ano de 2025. Discordou de Eliane, dizendo que foram ministradas várias formações durante o ano corrente, mas que serão analisadas as sugestões para fornecer formações mais específicas às agentes. (Min. 1:23:51 a 1:36:39)

O sexto participante, Sr. Lucas Leite, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Álvares Machado (SINDSERVAM), parabenizou aos presentes na audiência e os espectadores da rede social pela presença e preocupação com o Projeto de Lei, bem como os idealizadores da audiência pública. O Sr. Lucas também expôs que, como Presidente do Sindicato, não foi procurado pela comissão responsável pelo projeto para contribuir com a formulação e destacou que poderia contribuir de alguma forma, pois frequentemente recebe reclamações dos profissionais que atuam nos locais de atenção à primeira infância. O Presidente do Sindicato falou ainda que o sindicato foi impedido de frequentar ou visitar os postos de trabalho para acompanhamento de funcionários, sendo este caso levado ao conhecimento do Ministério Público, e a Procuradoria do MP pontuou a ilegalidade da atitude. Ele defendeu que o Sindicato tem o direito de verificar como os funcionários estão trabalhando, sendo um direito constitucional conforme o artigo 8º, e que foi assinada uma ata de mediação pela Prefeitura concordando com as vistorias. Após explicações, pontuou sobre a existência de uma Ação Civil Pública Coletiva ajuizada pelo MPSP em face da Fazenda Pública do Município de Álvares Machado, na qual o Juiz Adriano Camargo Patussi move essa ação sobre a irregularidade de crianças que ficam apenas meio período com os profissionais do magistério. Complementou que o município já está em tratativas para a resolução do problema e acredita que será resolvido. Relacionado ao exposto, o Presidente colocou a situação em pauta devido à baixa valorização dos profissionais da educação, em especial, as Agentes de Desenvolvimento Infantil. Mesmo com certa previsão no Plano de Primeira Infância, teme que isso fique “somente no papel” e expressa sua vontade de contribuir para que melhorias aconteçam e que os profissionais tenham mais atenção às formações adequadas e sejam valorizados. O Presidente do Sindicato aponta para a necessidade de entender os motivos de não haver lista de espera de vagas em creches públicas, pois, provavelmente, pela qualidade no atendimento, as pessoas que têm condições irão se esforçar para que o filho tenha um melhor atendimento em creches particulares. Ele pediu que seja apontado como indicação aos responsáveis a valorização dos profissionais que atuam na educação. E teme que a metodologia do Plano de Primeira Infância não evolua com qualidade se não houver a devida valorização e capacitação dos profissionais que têm contato direto com as crianças. (Min. 1:36:47 a 1:47:53)



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

Na sequência, a sétima participante, Dra. Vanessa, Assistente Social e representante do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, disse que o Plano em questão tem como foco as crianças de zero a seis anos. Porém surgiram assuntos importantes que precisam ser refletidos em um plano de educação e de saúde, pois o Plano de Primeira Infância é um recorte da Assistência Social. Reiterou que a audiência pública serve justamente para que seja tudo registrado e a que democracia acontece quando as pessoas lutam por seus direitos ou pelos direitos dos outros. A Dra. Vanessa acrescentou que o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) participou do processo de formulação do Plano e tem o papel de acompanhar se ele será implementado ou não, deixando a sugestão de que se inclua no Plano os períodos de audiências públicas para monitorá-lo e avaliar a sua efetividade. A Dra. Vanessa falou que 2025 será um ano de Conferências e defendeu que será um outro espaço que necessita de audiências públicas. Na última conferência de Assistência Social, foi necessário pedir a participação das pessoas, para contribuírem, e ela opina que política pública se faz com participação pública. A Assistente Social convidou as organizações que conheceu, como a Organização das Mães Atípicas, a participem das reuniões do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, mesmo não tendo direito a voto, mas com direito a discussões de maneira conjunta. (Min. 1:48:08 a 1:54:24) Nesse momento, o Procurador Legislativo esclareceu quanto à fala do Presidente do SINDSERVAM que a Câmara Municipal foi notificada da citada Ação Civil Pública na qual se pediu habilitação como terceiro interessado para acompanhamento do processo e colaborar no que for necessário. Adicionalmente disse que o resultado da ação será encaminhado aos membros parlamentares para que tome ciência e as providências cabíveis no âmbito do Poder Legislativo. Por fim mencionou que inicialmente o processo tramitava em segredo de justiça, mas a partir de um pedido da Câmara foi retirada a tarja respectiva e o processo hoje corre de forma pública podendo toda a coletividade interessada consultá-lo. (Min. 1:54:25 a 1:55:30)

O Presidente da CJR leu os últimos comentários da rede social destacando o apoio de alguns espectadores internautas ao comentário do Presidente do Sindicato a respeito do valor pago a profissionais da educação (ADIs) que não se enquadram no quadro do magistério.

A Vereadora Estela falou às ADIs, que estará verificando junto ao jurídico da Câmara se poderá fazer uma emenda específica com relação à formação e instrução anual, e as convidou para discutirem sobre quais formações elas necessitam. (Min. 1:56:27 a 1:17:06)

Sra. Renata, oitava participante, mãe de dois filhos com TEA, perguntou aos responsáveis do Plano se os Profissionais de Apoio terão a devida capacitação, conforme a previsão de capacitação de professores. Em resposta, a Dra. Lara disse que os Profissionais de Apoio já tiveram a formação ministrada por ela própria no ano de 2024, que englobou assuntos como gestão de crises, público-alvo, tipos de autismo, tipos de deficiência e manejo. Ela mencionou que o planejamento de Políticas Públicas da Educação Especial está sendo construída de modo geral, não apenas para primeira infância. E no plano, esses profissionais estão inseridos na "meta três" que foi citada no início da audiência, falando sobre formação para professores e servidores de modo geral. (Min. 1:57:12 a 1:59:47)

Finalizando a audiência, o Sr. Cláudio Salomão abriu espaço para as considerações finais e agradecimento dos participantes, destacando ter sido a melhor audiência e participação dos últimos anos da Câmara Municipal. Comentou que é perceptível que se trata de assunto de grande relevância e interesse. O Sr. Cláudio reforçou que os questionamentos, indicações e sugestões serão



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

reportados e enviados ao Poder Executivo para que sejam tomadas as providências necessárias.  
(Min. 2:04:59 a 2:06:08)

O registro integral da audiência pública está disponível em:

<https://www.youtube.com/live/KY6qUms9pEQ?si=WG-W0mQiAhibAup>

O Projeto de Lei está disponível em:

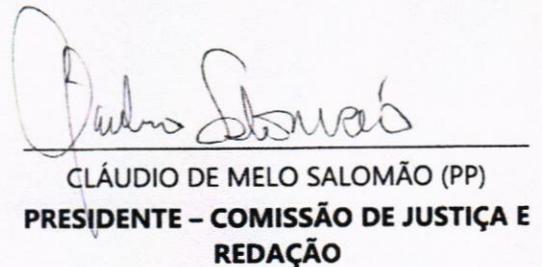
[https://sapl.alvaresmachado.sp.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2024/10675/pl\\_11-24001.pdf](https://sapl.alvaresmachado.sp.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2024/10675/pl_11-24001.pdf)

Após intervalo de 5 minutos para finalização da redação da ata de audiência, o Sr. Presidente da CRJ encerrou os trabalhos da lendo a mensagem bíblica às 22h42 do dia 15/10/2024.



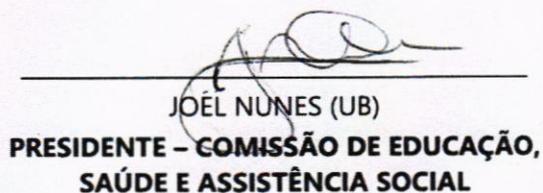
---

MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN (PP)  
**PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES**



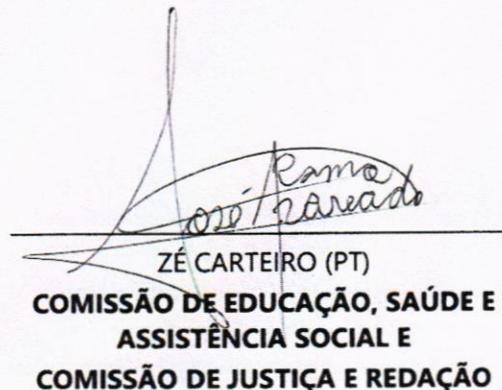
---

CLÁUDIO DE MELO SALOMÃO (PP)  
**PRESIDENTE – COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



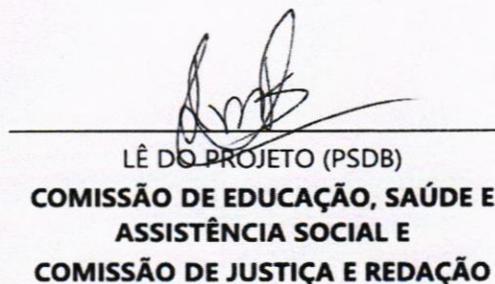
---

JOÉL NUNES (UB)  
**PRESIDENTE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**



---

ZÉ CARTEIRO (PT)  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



---

LÊ DO PROJETO (PSDB)  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



---

DIOGO CERBELERA NETO  
**PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Centro, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [camara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:camara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Poder Legislativo*

## ERRATA DE ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (DE 15/10/2024)

**Ata de Audiência Pública do PLE 11 de 2024.**

**Local:** CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO/SP

**Projeto de Lei do Executivo n.º:** 11 de 2024 Que institui o Plano Municipal para Primeira Infância de Álvares Machado/SP.

**Objeto:** Ata de Audiência Pública do Projeto de Lei do Executivo 11 de 2024

### Onde se lê:

**Tipo de Sessão:** Audiência Pública; Abertura: 17/10/2024 – 20h30; Encerramento: 22h42. **Lista de**

**Presença na Sessão:** Conforme lista anexada. **ABERTURA DA SESSÃO:** A Presidente da Câmara,

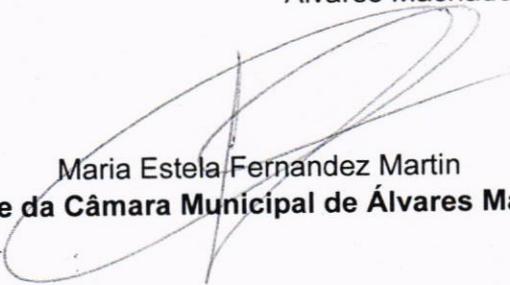
### Leia-se:

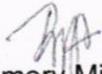
**Tipo de Sessão:** Audiência Pública; Abertura: 15/10/2024 – 20h30; Encerramento: 22h42. **Lista de**

**Presença na Sessão:** Conforme lista anexada. **ABERTURA DA SESSÃO:** A Presidente da Câmara,

As demais informações permanecem inalteradas.

Álvares Machado, 08 de novembro de 2024.

  
Maria Estela Fernandez Martin  
Presidente da Câmara Municipal de Álvares Machado/SP

  
Rosimery Missuzu Fukui  
Escriturária Legislativa

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Data: 15/10/2024. Horário: 20H30. REF. PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N.11/2024.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
Cecilia	participante	Cecilia
Fátima Laminis Shimote	Professora/mãe atípica	Fátima Laminis Shimote
Vanessa Bellão Pereira	Assistente Social	
Rodrigo Gonçalves Antena	Participante	
Luíza Lúcia Pimenta	SINDSERVAM	
Luciana B. Vieira Romão	Coordenadora Emui	Lu
Milandra Valeria Bratelli Santos	Coordenadora Emui	Milandra
Wailene Cip. Marques	Coord. Emui	Wailene
Andreia da Silva Norberto	Dirigente	
Renata Silva Santos	do lar	Renata S S
Faúldes Cruz Pereira	do lar	Faúldes
Lais Rentelli da Silva Ferraz	Coordenadora de desenvolvimento infantil	Lais Rentelli
Valdirene G. Carvalho	Dirigente	Valdirene
Luiz Antonio M. Garcia	Advogado	
<del>Renata da Silva</del>		<del></del>
Gheulc C. Groth		
Leticia Boni da Silva	mãe atípica	Leticia Boni da Silva
Opasilda Estrezi Pereira	Coord Emui	Opasilda
Simone Montai	A.D.I	Simone
Adriana Padeli	Vigilante	
Sara Barran J. Caravatto	Psicóloga Decel	Sara C.
Mayara Leticia	mãe Atípica	Mayara
Amarildo Lopes		Amarildo R

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Data: 15/10/2024. Horário: 20H30. REF. PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N.11/2024.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
JOÃO ED. R. SANTOS	DELEGADOR	João Santos
KARE MIZOBE FERRUCI	TI	<del>_____</del>
Rosimery Missazu Fukui	ESCRITURARIA	Rosimery
JOEL N. ALMEIDA	Secretaria	<del>_____</del>
Denise m. s. Ribeiro	Secretaria	<del>_____</del>
Ugo Sam Lago	Ugo do	<del>_____</del>
Francisco Esteban...	Secretaria	<del>_____</del>
FABIANE MARIA DE SÓ JOSÉ	ASSESSORA	<del>_____</del>
Patrângela Sancer	Aux administr.	<del>_____</del>
EMERSSON FERREIRAS BLANCO	Participante	<del>_____</del>
André Luis Tabuti Santos	Participante	André Luis T. Santos
JOÃO NORBERTO CATÃO	Participante	João Norberto
Adelita B. A. Baumgardt	Participante	<del>_____</del>
Cláudia de Santana Alves	Funkilhard...	<del>_____</del>
João Ricardo...	Participante	<del>_____</del>
Paulo R. Velho	Participante	<del>_____</del>
Carla T. Tabuti		
Naiz Alves Tabuti		<del>_____</del>
Juarez J. dos Santos		<del>_____</del>
Luiz P. de T		
ALTON B. de		<del>_____</del>
Clara C. P. R. Rocha	ADI	<del>_____</del>
MARYSTELA M. E. ENZO	ADI	Marystela Enzo



**Câmara Municipal de Álvares Machado** fez uma transmissão ao vivo.  
15 de outubro às 20:30 ·

### Audência Pública da Câmara Municipal de Álvares Machado - SP

Audência Pública da Câmara Municipal de Álvares Machado - SP

35 26 986

Ver mais insights do vídeo

Curtir Comentar Compartilhar

Comentários Ocultar

- Mais relevantes**
- Ezequiel Nunes · 13:25:53  
Parabéns pra todas funcionárias e professoras que mesmo nas dificuldades estão lá trabalhando com muito amor mesmo em dificuldades parabéns para essas mães que estão aí cobrando o direito de seus filhos  
3 sem Curtir Responder 30
  - Aline Costa · 10:4:49  
E engraça transcorra entencionalmente

Comente...

Você está comentando como Marisa Clara Cauchi. Para interagir como Câmara Municipal de Álvares Machado, vá para Meta Business Suite.

- Sobre a Câmara
- Carta ao Cidadão
- Acesso
- História da Câmara
- A cidade
- Projeto Issei Matsumoto: 100 anos da Imigração Japonesa
- Função e Definição
- Estrutura
- Regimento Interno
- Notícias
- Notícias
- Notícias
- Audiência Pública Projeto de Lei n.º 11/2024**
- Agenda de Eventos
- Galeria de Fotos
- Hinos/ Símbolos
- Processo Legislativo
- Documentos Administrativos
- Ato do Presidente
- Ato da Mesa
- Portarias
- Mesa Diretora
- Comissões Permanentes
- Comissões

Visão Edição Compartilhamento Ações Estado Publicado

# Audiência Pública Projeto de Lei n.º 11/2024

Curtir 0 Postar

por **Maria Clara Catuchi** — publicado 02/10/2024 09h29, última modificação 02/10/2024 09h29 — [Histórico](#)  
Participe

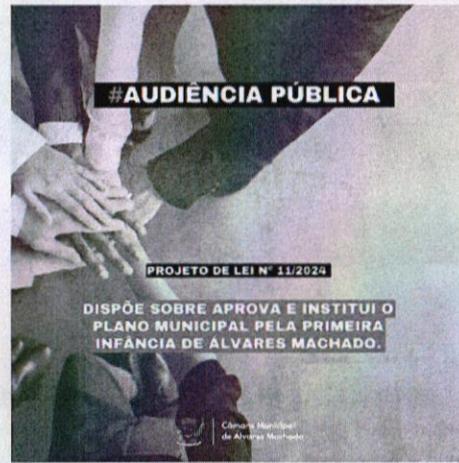
Câmara Municipal de Álvares Machado convida toda a população para a audiência pública que será realizada no dia 15 de outubro de 2024, às 20h30, no Plenário da Câmara. O objetivo é discutir o Projeto de Lei n.º 11/2024, que institui o Plano da Primeira Infância no nosso município.

Este é o momento para você, cidadão, participar ativamente do futuro das nossas crianças!

Traga suas perguntas, sugestões e ideias. O diálogo entre o poder público e a sociedade é fundamental para construir políticas públicas que atendam às reais necessidades da comunidade.

**Data:** 15 de outubro de 2024  
**Horário:** 20h30  
**Local:** Plenário da Câmara Municipal de Álvares Machado

Sua participação faz a diferença para construir um futuro melhor para as próximas gerações!



## Facebook

Câmara Municipal de Álvares Machado  
Seguindo 3 mil seguidores

35ª Sessão Ordinária

Câmara Municipal de Álvares Machado

## TV CÂMARA

35ª Sessão Ordinária

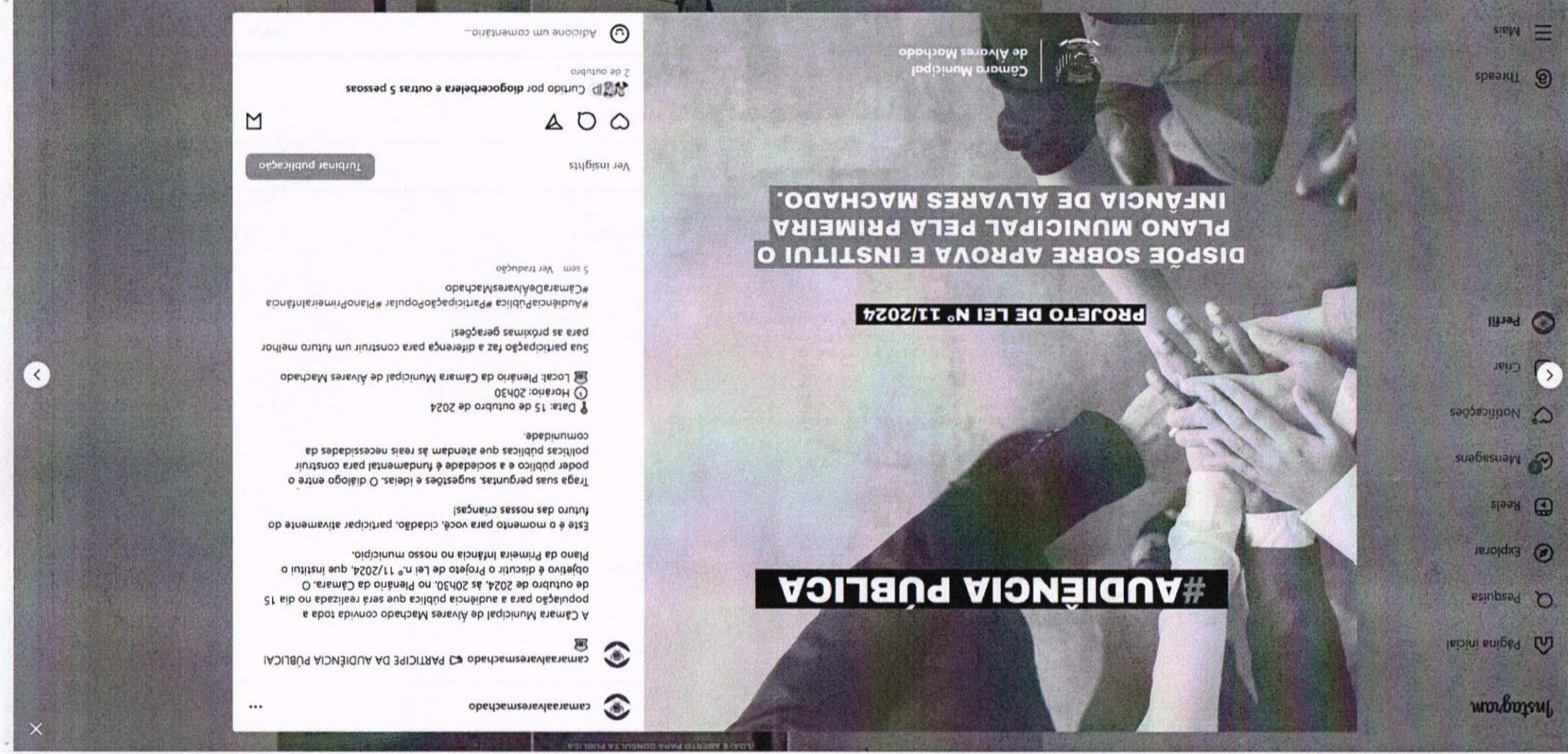
35ª Sessão Ordinária

Novembro 2024

Do	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

## Calendário Eleitoral

Alerta de clima 08:58 08/11/2024



Facebook interface showing a post from Câmara Municipal de Álvares Machado. The post includes a video player and a comment section with several replies.

### Publicação de Câmara Municipal de Álvares Machado

Mais relevantes

**Ezequiel Nunes**  
Parabéns pra todas funcionárias e professoras que mesmo nas dificuldades estão lá trabalhando com muito amor mesmo em dificuldades parabéns para essas mães que estão aí cobrando o direito de seus filhos  
3 sem Curtir Responder

**Aline Costa**  
E sobre transporte principalmente para sala de recursos pq eu moro longe minha filha é pequena quando questioneei falaram que não existe um transporte para esse fim, mas se o projeto e da prefeitura por que não ter um transporte para esse fim  
3 sem Curtir Responder

**Suzi Cristina Martines**  
Precisa ter metas reais, e saber onde precisamos chegar, senão qualquer resultado satisfaz  
3 sem Curtir Responder

**Suzi Cristina Martines**  
Boa noite  
3 sem Curtir Responder

**Ravele Zubares**  
São poucos profissionais da área da educação com a formação adequada para realmente fazer uma escola inclusiva  
3 sem Curtir Responder

**Rivaldo Dos Santos Junior**  
Boa Noite!!!  
3 sem Curtir Responder

Comente...

⚠️ Você está comentando como Maria Clara Catuchi. Para interagir como Câmara Municipal de Álvares Machado, vá para Meta Business Suite.

Facebook interface showing a post from Câmara Municipal de Álvares Machado. The post title is "Publicação de Câmara Municipal de Álvares Machado". The main text of the post reads: "seu poucos profissionais de arte e de educação para realmente fazer uma escola inclusiva".

The post includes a video player with a play button and a caption: "Machado faz vídeo comemorando 50 anos de Álvares Machado - SP".

Comments and replies are visible below the post:

- Rivaldo Dos Santos Junior** (3 sem): Boa Noite!!!
- Ezequiel Nunes** (3 sem): O antigo projeto alegria de ser deveria voltar era incrível como tinha muitos cursos capoeira karatê dança música natação etc. infelizmente a cidade precisa de algo assim para crianças e adolescentes desde cedo está envolvido com a arte música etc era escola depois o projeto não se via tantas crianças em celular ou internet ou na rua ociosas
- José Luiz Pereira Pereira** (3 sem): E esse companheiro aí que é presidente do sindicato tá falando a verdade hein porque eu já fiquei sabendo que no funcionalismo da prefeitura tem muita gente ganhando o salário bom e outros coitados ganhando um salário de miséria agora o município tem dinheiro para isso por que não paga o equivalente para todo mundo não pagar um absurdo para uns e um salário de miséria para os outros parabéns companheiro
- Ravelle Zubares** (3 sem): Clínica bem me quer não consegue realizar trabalhos com crianças TEA.
- Aline Costa** (3 sem): respondeu · 1 resposta
- Ezequiel Nunes** (3 sem): Tem que valorizar os ADIS elas tem formação estudaram e não merecem ganhar esse mísero salário vergonha

At the bottom of the page, there is a system tray with the date 08/11/2024 and time 08:59, and a notification for "Alerta de clima".

Publicação de Câmara Municipal de Alvares Machado

Machado fez uma transmissão ao vivo

Os tutores principalmente os tutores de alunos com tea precisam de formação específica pois muitos não tem principalmente AMOR mas tá bem conhecimento sobre O tea

Gabriela Cardoso 3 sem Curtir Responder

Gabriela Cardoso Os tutores, principalmente os tutores devem ter formação adequada para trabalhar com tea, pois os tutores não tem AMOR e nem conhecimento sobre aluno com tea.

Ravle Zubares 3 sem Curtir Responder

Procurar na área da saúde médicos. Temos somente pediatra e as outras especialistas? Uma crianças de até 6 anos necessita de uma fonoaudióloga, psicóloga.

Renata Balestra Vidal 3 sem Curtir Responder

O Povo votou no mesmo Prefeito então o município deve estar excelente.

Simone Figueira · Seguir 3 sem Curtir Responder

Vai ter uma audiência pública para ouvir os funcionários tbm?

Fabiane SI 3 sem Curtir Responder

Boa noite!

Jose Luiz Pereira Pereira 3 sem Curtir Responder

Parabéns a essas funcionárias que estão questionando esse plano concordo plenamente

Comente...

Compartilhar

Imprimir uma publicação

Publicação de Câmara Municipal de Alvares Machado

Mateus Viana 3 sem Curtir Responder

Boa noite!

Gabriela Cardoso 3 sem Curtir Responder

Gabriela Cardoso Os tutores principalmente os tutores de alunos com tea precisam de formação específica pois muitos não tem principalmente AMOR mas tá bem conhecimento sobre O tea

Gabriela Cardoso 3 sem Curtir Responder

Gabriela Cardoso Os tutores, principalmente os tutores devem ter formação adequada para trabalhar com tea, pois os tutores não tem AMOR e nem conhecimento sobre aluno com tea.

Ravle Zubares 3 sem Curtir Responder

Procurar na área da saúde médicos. Temos somente pediatra e as outras especialistas? Uma crianças de até 6 anos necessita de uma fonoaudióloga, psicóloga.

Renata Balestra Vidal 3 sem Curtir Responder

O Povo votou no mesmo Prefeito então o município deve estar excelente.

Simone Figueira · Seguir 3 sem Curtir Responder

Vai ter uma audiência pública para ouvir os funcionários tbm?

Fabiane SI 3 sem Curtir Responder

Boa noite!

Jose Luiz Pereira Pereira 3 sem Curtir Responder

Parabéns a essas funcionárias que estão questionando esse plano concordo plenamente

Comente...

Você está comentando como Maria Clara Catuchi. Para interagir como Câmara Municipal de Alvares Machado, vá para Meta Business Suite.

Gerenciar Página

Câmara Municipal de Alvares Machado

Mais ferramentas

Central de Leads

Meta Business Suite

Facebook

Canva

Google Agenda

Gmail

Notion

Maria Clara

WhatsApp

Audência Pública Projeto de L...

Facebook

Câmara Municipal de Alvares

WhatsApp

**Gerenciar Página**

Câmara Municipal de Álvares Machado

**Mais ferramentas**

- Central de Leads
- Meta Business Suite

**Fotos**

### Publicação de Câmara Municipal de Álvares Machado

O Povo votou no mesmo Preteito então o municipio deve estar excelente.

3 sem Curtir Responder

**Simone Filgueira** - Seguir  
Vai ter uma audiência pública para ouvir os funcionários tbm?

3 sem Curtir Responder

**Fabiane SJ**  
boa noite

3 sem Curtir Responder

**José Luiz Pereira Pereira**  
Parabéns a essas funcionárias que estão questionando esse plano concordo plenamente com elas

3 sem Curtir Responder

**Ravele Zubares**  
Investir em cursos para esses profissionais

3 sem Curtir Responder

**Simone Filgueira** - Seguir  
Nos representa Lucas

3 sem Curtir Responder

**Julio Cesar Soares**  
Como é ? Vereadora votou o aumento do salário ,depois que perdeu pediu pra baixar kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk é o cúmulo msm kkkkkkkkk

3 sem Curtir Responder

**Simone Filgueira** - Seguir  
👍👍👍👍👍

3 sem Curtir Responder

A opção "Mais relevantes" está selecionada, portanto, alguns comentários podem não ser exibidos devido ao filtro.

Comente...

Você está comentando como Maria Clara Catuchi. Para interagir como Câmara Municipal de Álvares Machado, vá para Meta Business Suite.

Machado fez uma homenagem ao dia...

al de Álvares Machado - SP



Comentar

Compartilhar

as e profissionais que mesmo nas dificuldades estão lá mesmo em dificuldades parabens para essas mães que seus filhos



Câmara Municipal de

**Álvares Machado**

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Comissão de Finanças e Orçamento

cmalvaresmachado.l doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

**ATA DE REUNIÃO CONJUNTA N.º: 54/2024**  
(PLO n.º: 31/2024, 32/2024, 33/2024, 34/2024 e 35/2024)  
(PLE n.º: 11/2024 e 13/2024)

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, com início às vinte horas e término às vinte horas e quarenta e sete minutos, realizou-se a reunião CONJUNTA dos membros da Comissão de Justiça e Redação (CJR); Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS), Comissão de Obras e Serviços Públicos (COSP), Comissão de Turismo e Meio Ambiente (CTMA) e Comissão de Finanças e Orçamento (CFO); com a presença de todos os membros e da Presidente. A pauta da reunião consistiu na apreciação dos seguintes projetos:

1. Projeto de Lei Ordinária n.º: 32 de 2024 - Dispõe sobre a denominação de ruas da Chácara Estrela.
2. Projeto de Lei Ordinária n.º: 33 de 2024 – Dispõe sobre a divulgação de informações relativas aos contratos de locação de imóveis utilizados pela Administração Pública do Município de Álvares Machado e dá outras providências.
3. Projeto de Lei Ordinária n.º: 34 de 2024 – Denomina a rotatória em frente à Chácara dos Ingleses como “Genézio José da Silva”.
4. Projeto de Lei Ordinária n.º: 35 de 2024 – Dispõe sobre a denominação de ciclovia localizada na entrada do Parque dos Pinheiros.
5. Projeto de Lei Ordinária n.º: 31 de 2024 – Dispõe sobre a criação da Campanha Novembro Vermelho e dá outras providências.
6. Projeto de Lei Ordinária do Executivo n.º: 11 de 2024 – Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal de Primeira Infância de Álvares Machado.
7. Projeto de Lei Ordinária do Executivo n.º: 13 de 2024 – Institui no Município de Álvares Machado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – Cirsop e dá outras providências.

Após análise e discussão, as comissões emitiram parecer favorável aos Projetos de Lei Ordinária de números 31 a 35 e ao Projeto de Lei Ordinária do Executivo de n.º: 11 de 2024, que ficam aptos à apreciação do Plenário.

Referente ao Projeto de Lei ordinária do Executivo de n.º: 13/2024, as comissões decidiram em unanimidade, após diligências, por convidar o Prefeito para explanação sobre o Projeto, visto a complexidade e o tempo de aplicação previsto que é de 45 anos com revisão a cada quatro anos.

**Maria Estela Fernandez Martin - PP**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**



“DICA NÃO ÀS DROGAS e PEDOFILIA”, ☎ DENUNCIE! 197 e 190 PLANTÕES 24 H. Observação: A denúncia pode ser anônima



Câmara Municipal de

**Álvares Machado**

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Comissão de Finanças e Orçamento

cmalvaresmachado.1doc.com.br

camara@alvaresmachado.sp.leg.br

www.alvaresmachado.sp.leg.br

Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro

19.160-049, Álvares Machado-SP

☎ (18) 3273-1331

**Claudio de Melo Salomão – PP**  
**PRESIDENTE DA CJR**  
(Comissão de Justiça e Redação)

**João Eduardo Ramirez Sanchez - PRB**  
**PRESIDENTE DA COSP**  
(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

**Joel Nunes de Almeida – UB**  
**PRESIDENTE DA CESAS**  
(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)

**Marcos Roberto da Silva Soares - PRD**  
**PRESIDENTE DA CTMA**  
(Comissão de Turismo e Meio Ambiente)

**E**  
**MEMBRO DA CFO**  
(Comissão de Finanças e Orçamento)

**E**  
**RELATOR DA CFO**  
(Comissão de Finanças e Orçamento)

**Pedro da Silva Oliveira - PSP**  
**PRESIDENTE DA CFO**  
(Comissão de Finanças e Orçamento)

**E**  
**MEMBRO DA COSP**  
(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

**Lenice Messias dos Santos Ribeiro – PSDB**  
**RELATORA DA CESAS**  
(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)

**E**  
**MEMBRO DA CJR**  
(Comissão de Justiça e Redação)

**Valdemar Lourenço da Silva - PSDB**  
**RELATOR DA COSP**  
(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

**E**  
**MEMBRO DA CTMA**  
(Comissão de Turismo e Meio Ambiente)

**José Aparecido Ramos – PT**  
**RELATOR DA CJR**  
(Comissão de Justiça e Redação)

**E**  
**MEMBRO DA CESAS**  
(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)





Câmara Municipal de

**Álvares Machado**

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Comissão de Finanças e Orçamento

cmalvaresmachado.1doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

## PARECER N.º: 53/2024

### Reunião Conjunta – CJR/CESAS/CTMA/COSP

PROCESSOS: Projetos Lei Ordinária n.ºs: 31, 32, 33, 34 e 35/2024 e Projetos de Lei Ordinária do Executivo n.ºs: 11 e 13/2024

AUTORIA: PLO 31/2024 – Lê do Projeto, PLO 32/2024 - Estela do Escritório, PLO 33/2024 – Lê do Projeto, PLO 34/2024 – Cláudio Salomão e PLO 35/2024 – Lê do Projeto.

PLE 11/2024 e 13/2024 – Prefeito.

ASSUNTO: Dispõem sobre:

- PLO n.º: 31 de 2024 – Dispõe sobre a CRIAÇÃO DA Campanha Novembro Vermelho e dá outras providências.
- PLO n.º: 32 de 2024 - Dispõe sobre a denominação de ruas da Chácara Estrela.
- PLO n.º: 33 de 2024 – Dispõe sobre a divulgação de informações relativas aos contratos de locação de imóveis utilizados pela Administração Pública do Município de Álvares Machado e dá outras providências.
- PLO n.º: 34 de 2024 – Denomina a rotatória em frente à Chácara dos Ingleses como “Genézio José da Silva”.
- PLO n.º: 35 de 2024 – Dispõe sobre a denominação de ciclovia localizada na entrada do Parque dos Pinheiros.
- PLOE n.º: 11 de 2024 – Dispõe sobre aprova e institui o Plano Municipal de Primeira Infância de Álvares Machado.
- PLOE n.º: 13 de 2024 – Institui no Município de Álvares Machado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – Cirsop e dá outras providências.

DATA: 19 de novembro de 2024

PARECER:

A **Comissão de Justiça e Redação**, após análise, emite parecer favorável quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, gramaticais e lógicos ao(s) Projeto(s) de Lei Ordinária de n.º: 31/2024, 32/2024, 33/2024, 34/2024 e 35/2024 e Projeto de Lei Ordinária do Executivo de n.º: 11/2024 nos termos do Art. 21 do Regimento Interno e estão aptos à apreciação do Plenário.



*[Handwritten signatures and initials]*



Câmara Municipal de

**Álvares Machado**

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Comissão de Finanças e Orçamento

cmalvaresmachado.l doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br

[www.alvaresmachado.sp.leg.br](http://www.alvaresmachado.sp.leg.br)

Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro

19.160-049, Álvares Machado-SP

☎ (18) 3273-1331

A **Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social**, após análise, dos Projetos (de Lei Ordinária n.º 31/2024; e de Lei do Executivo de n.º: 11/2024), emite parecer favorável no que tange aos aspectos temáticos de sua competência, estando o projeto, apto a ir a Plenário.

As **Comissões de Turismo e Meio Ambiente (CTMA), de Obras e Serviços Públicos (COSP), de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS), de Justiça e Redação (CJR) e de Finanças e Orçamento (CFO)** referente ao Projeto de Lei Ordinária do Executivo n.º 13/2024, decidiram em unanimidade realizar diligências e estudo mais acurado do Projeto, em razão do seu tamanho e complexidade, possuindo mais de seiscentas páginas, e após, convidar o Sr. Prefeito para esclarecimentos.

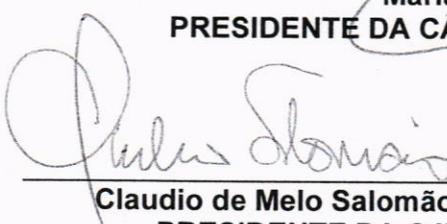
É o parecer

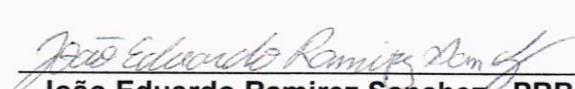
Sala de Vereadores da Câmara Municipal de Álvares Machado.



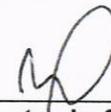
  
\_\_\_\_\_  
Maria Estela Fernández Martin - PP

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

  
\_\_\_\_\_  
Claudio de Melo Salomão – PP  
**PRESIDENTE DA CJR**  
(Comissão de Justiça e Redação)

  
\_\_\_\_\_  
João Eduardo Ramirez Sanchez - PRB  
**PRESIDENTE DA COSP**  
(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

  
\_\_\_\_\_  
Joel Nunes de Almeida – UB  
**PRESIDENTE DA CESAS**  
(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)

  
\_\_\_\_\_  
Marcos Roberto da Silva Soares - PRD  
**PRESIDENTE DA CTMA**  
(Comissão de Turismo e Meio Ambiente)

**E**  
**MEMBRO DA CFO**  
(Comissão de Finanças e Orçamento)

**E**  
**RELATOR DA CFO**  
(Comissão de Finanças e Orçamento)





Câmara Municipal de

**Álvares Machado**

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Comissão de Finanças e Orçamento

cmalvaresmachado.l doc.com.br  
camara@alvaresmachado.sp.leg.br  
www.alvaresmachado.sp.leg.br  
Rua Monsenhor Nakamura, 783, centro  
19.160-049, Álvares Machado-SP  
☎ (18) 3273-1331

**Pedro da Silva Oliveira - PSP**

**PRESIDENTE DA CFO**

(Comissão de Finanças e Orçamento)

**E**

**MEMBRO DA COSP**

(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

**Lenice Messias dos Santos Ribeiro – PSDB**

**RELATORA DA CESAS**

(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)

**E**

**MEMBRO DA CJR**

(Comissão de Justiça e Redação)

**Valdemar Lourenço da Silva - PSDB**

**RELATOR DA COSP**

(Comissão de Obras e Serviços Públicos)

**E**

**MEMBRO DA CTMA**

(Comissão de Turismo e Meio Ambiente)

**José Aparecido Ramos – PT**

**RELATOR DA CJR**

(Comissão de Justiça e Redação)

**E**

**MEMBRO DA CESAS**

(Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social)





# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-000.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ [câmara@alvaresmachado.sp.leg.br](mailto:câmara@alvaresmachado.sp.leg.br)

*Podor Legislativo*

## **AUTÓGRAFO Nº 42/24**

A Câmara Municipal de Álvares Machado, por intermédio de sua Mesa Diretora, emite o presente **Autógrafo** ao **Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 11/2024**, que aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Álvares Machado, de autoria do Prefeito Roger Fernandez Gasques, aprovado em sua totalidade nesta data, para os devidos fins legais.

Mesa da Câmara, em 26 de novembro de 2024.

**MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN**  
Presidente

**CLAUDIO DE MELO SALOMÃO**  
1º Secretário

**JOÃO EDUARDO RAMIREZ SANCHEZ**  
2º Secretário

Registrado e publicado na Diretoria Legislativa, na data supra.

**FABIANE MARIA DE SÃO JOSÉ**  
Assessora de Gestão Legislativa